



Afro-Ásia

ISSN: 0002-0591

revista.afroasia@gmail.com

Universidade Federal da Bahia

Brasil

da Silveira, Renato

Os selvagens e a massa papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental

Afro-Ásia, núm. 23, 1999, pp. 87-144

Universidade Federal da Bahia

Bahía, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77002304>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

OS SELVAGENS E A MASSA PAPEL DO RACISMO CIENTÍFICO NA MONTAGEM DA HEGEMONIA OCIDENTAL

Renato da Silveira^{*}

*Quando trata de raciocinar sobre a natureza humana,
o verdadeiro filósofo não é nem indiano, nem tártaro,
nem de Genebra, nem de Paris, ele é simplesmente homem.*

Jean-Jacques Rousseau

Após a Declaração Universal dos Direitos Humanos pela ONU, em 1948, e ainda sob o impacto da brutalidade nazista, a Unesco publicou estudos de cientistas de todo o mundo que desqualificaram as doutrinas racistas e demonstraram a unidade do gênero humano. Desde então, a grande maioria dos próprios cientistas europeus reconheceu o caráter discriminatório da pretensa superioridade racial do homem branco e condenou as aberrações cometidas em seu nome. O historiador francês Marc Ferro, por exemplo, avalia que, nem que seja “por uma exigência última de orgulho, a memória histórica européia atribuiu-se um derradeiro privilégio, o de denegrir suas próprias atrocidades, de avaliá-las ela mesma, com uma intransigência excepcional”.¹ É verdade, mas, como nem tudo são flores, a partir do início da década de 70 tivemos o previsível ressurgimento das velhas doutrinas científicas racistas, agora com novas roupagens. O racismo passou, desde então, a aparecer furtivamente, ora sob um modo aparentemente defensivo e legal, o “direito à diferença” (grupos da “nova direita” francesa, GRECE e “Clube do

^{*} Doutor em Antropologia pela EHESS (Paris), professor da Faculdade de Comunicação da UFBA.

¹ Marc Ferro, *História das colonizações - Das conquistas às independências - séculos XIII a XX*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 11.

Relógio”), ora como sofisticada mas assumidamente reducionista teoria do determinismo genético aplicada à vida social (sociobiologia americana). Hoje são raríssimos os cientistas que defendem doutrinas racistas, e menos ainda de modo agressivo, como já foi frequentemente o caso. Até mesmo os autores de *A curva do sino*, que são racistas assumidos, desenvolvem seu discurso discriminatório com um tom moderado, compreensivo, onde não deixam de reconhecer o lado nefasto da “variação da experiência colonial”, admitindo, inclusive, que a atual ascensão social dos negros nos Estados Unidos é “normal, saudável e essencial”. Mas, apesar da diplomacia, essas teorias continuam cercadas de desconfiança e até mesmo de hostilidade, a credibilidade desses autores tem sido colocada em cheque, suas bases empíricas e métodos permanentemente contestados. Se não fosse a ira que os cerca, poderiam ser considerados uma curiosidade científica.²

Por outro lado, a grande mídia, no estrangeiro como no Brasil, adotou a atitude anti-racista hegemônica nos meios científicos, que se tornou normal entre os jornalistas e demais profissionais da área.³ A postura anti-racista está, portanto, institucionalizada; além de ser largamente predominante nos meios científicos e midiáticos, é um aspecto importante da cidadania nas democracias contemporâneas. Depois de várias décadas, esta postura não parece, entretanto, ter produzido efeitos significativos nos valores coletivos, dada a forte persistência do racismo primário, cotidiano, em todas as partes do mundo. Isso tem sido frequentemente atribuído à ignorância, a paixões perniciosas de fundo patológico e a interesses mesquinhos, o que parece incontestável. Porém, no caso específico da discriminação racial que favoreceu o europeu e atingiu todos os demais povos do mundo, o racismo não foi apenas um resultado da falta de conhecimento, de discernimento, de solidarie-

² Cf. “Raça, Genes e QI”, artigo de Charles Murray e Richard J. Herrnstein, autores de *The bell curve*, publicado pelo *Caderno Mais!* da *Folha de S. Paulo* em 30 out. 1994, p.5. A respeito da sociobiologia, cf. Edward O. Wilson, *Naturalista*, Rio, Nova Fronteira, 1997. Sobre os diversos tipos de racismo existentes, ver Ella Shohat e Robert Stam, *Unthinking eurocentrism - Multiculturalism and the media*, London and New York, Routledge, 1994, pp. 18-25, com grande bibliografia nas pp. 50-51.

³ Repito aqui o que Antonio Sérgio Alfredo Guimarães escreveu em *Preconceito e discriminação - Queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil*, Salvador, Novos Toques, 1998, p. 67.

dade, ele não foi apenas a falta de algo, foi uma presença, uma positividade, teve um cunho científico e jurídico, informou doutrinas eruditas, enaltecidas pelo prestígio da ciência. O racismo europeu, no século XIX, foi institucionalizado e esmagadoramente majoritário na opinião das elites cultas e das classes governantes. Naquela época, a situação era diametralmente oposta à atual: quase todos os cientistas eram racistas convictos. Hoje, à distância, é até divertido desmascarar a evidentiíssima parcialidade, a autocomplacência, o desleixo teórico e metodológico, as facilidades investigativas, as generalizações abusivas daquele racismo doutoral... Mas não basta apelidá-lo de pseudociência ou considerá-lo indigno da nossa memória, como se ele tivesse sido apenas um equívoco inconsequente de homens no entanto ilustres. Pois o racismo ilustre teve pesadas conseqüências, foi provedor e legitimador de várias doutrinas políticas agressivas, atentatórias aos valores democráticos da sociedade moderna, funcionou, em resumo, como ideologia, isto é, uma lógica de intervenção no social, a qual, além do mais, desempenhou um papel político fundamental na grande reestruturação que estava tendo lugar na Europa nas últimas décadas do século XIX.⁴

No processo de aceleração do ritmo de vida, de manutenção de uma massa assalariada mal paga, de enquadramento das novas e eventualmente turbulentas massas urbanas, de construção de um grande império territorial e de constituição de uma sociedade colonial, as elites dirigentes foram impelidas a forjar uma forte ideologia discriminatória que reestruturou o universo simbólico. Neste contexto, o racismo europeu fortaleceu-se como teoria durante a própria constituição das organizações científicas, ganhou credibilidade como uma concepção “objetiva” do mundo oficialmente reconhecida, como um sistema respeitável

⁴ Artur Ramos, no prefácio à primeira edição de *As culturas negras no Novo Mundo* (São Paulo, Nacional, 1979): “E não se poderá acusar hoje a sua escola [de Nina Rodrigues], como ainda insistem alguns intelectuais de má fé, de reincidir no prejulgado da tese da inferioridade antropológica do negro ou da degenerescência da mestiçagem, que fôra endossada pelo sábio baiano, preso evidentemente aos métodos e às ‘hipóteses de trabalho’ da ciência de sua época. A ‘reinterpretação’ de Nina Rodrigues tem sido hoje a preocupação dominante dos seus discípulos, no setor dos estudos sobre o negro. Mesmo porque já ninguém vai perder mais tempo em trazer à tona das discussões pontos científicos, passados em julgado, como estes da superioridade ou inferioridade de raças, que constituem um lugar-comum de todo estudante de antropologia...” (p. XX). Artur Ramos escreveu este texto em 1937, em pleno apogeu do Nazismo.

de valores que influenciou significativamente as políticas colocadas em ação pelas classes governantes. A força da ciência era a força do Ocidente. É verdade que o racismo nunca cresceu na Europa do século passado como uma doutrina harmoniosa, criada por um grupo coeso de conspiradores, mas nem por isso deixou de ser muito bem deliberado, pois foi o resultado de um trabalho sistemático de numerosos especialistas a serviço de (ou afinados com) uma política de conquista e subordinação. Esses provedores de modelos éticos, valores cívicos e aspirações coletivas, mesmo quando eventualissimamente discordaram da agressão colonial ou da escravização dos africanos, deixaram fora de discussão a superioridade do europeu. A vigência deste racismo científico oficializado ocasionou mudanças nos modos de legitimação do poder e reestruturou, em escala mundial, o imaginário coletivo, a educação pública, os padrões da credibilidade e os mecanismos de formação da opinião. O racismo científico foi, portanto, uma parte importantíssima da estruturação, pela primeira vez na história da humanidade, de uma hegemonia abrangendo todo o globo terrestre.

Na segunda metade do século passado, antes mesmo da deflagração da grande crise de estruturação de uma sociedade globalizada, os estereótipos políticos e raciais tradicionais, baseados no senso comum, nas tradições orais, nos discursos dos naturalistas e sábios, nas teorias de filósofos e cronistas, em justificativas jurídicas e teológicas, passaram a ser prioritariamente remodelados pelos cientistas, corporação que vinha ganhando crescente importância no processo de constituição de uma sociedade industrial na Europa. A Ciência tinha ganho contra a Igreja a dura guerra pela prerrogativa de falar a Verdade sobre a natureza e a sociedade, tinha se associado à técnica e à indústria, tinha criado instituições poderosas nas quais produzia-se um discurso que era sinônimo de pertinência e potência. Este discurso — com seu raciocínio abstrato, sua linguagem descritiva e argumentativa, suas quantificações, técnicas e métodos específicos — estabeleceu “objetivamente” a superioridade racial das elites européias, o que conotava sua superioridade cultural, religiosa, moral, artística, política, técnica, militar e industrial. Tudo cientificamente comprovado. As doutrinas racistas exerceram, em seguida, uma fortíssima influência sobre os meios de comunicação de

massa emergentes, sobre a indústria cultural nascente, sobre a educação pública e as diversas manifestações artísticas, legitimando a mais ambiciosa arrancada imperialista de que se tem notícia. O racismo científico foi um fator estruturante da ordem ocidental ainda muito mal estudado enquanto tal. Por isso, ao contrário do que pretende Artur Ramos, precisamos, sim, perder um pouco de tempo com ele. Este artigo vai tentar, na medida do possível, traçar um panorama das diversas tendências do racismo científico europeu na segunda metade do século passado, com suas implicações metodológicas e ideológicas, suas estratégias, seus compromissos e objetivos políticos.⁵

A ciência em ação

Os cientistas entraram espetacularmente na cena da história durante a Revolução Francesa. O historiador Denis Guedj, em seu belo livro *La révolution des savants*, já contou essa história. Em 1792, quando a Convenção aboliu a Monarquia, o país foi cercado e atacado por uma coalisão de todas as grandes potências monarquistas da Europa, Inglaterra: Espanha, Prússia e Áustria. A Revolução ficou gravemente ameaçada de morte, as carências se generalizaram, faltava tudo, “homens, coisas e artes”, segundo a linguagem da época. Os “sábios” responderam, unanimemente e com entusiasmo, à mobilização geral então decretada pelo poder revolucionário. Era preciso reorganizar tudo, o Estado, a sociedade, o ensino, a produção econômica, os meios de comunicação e até mesmo os pesos, as medidas e o calendário. Todos os campos do saber foram então devassados, questionados, reestruturados.

Engajados em numerosos comitês, assembleias e grupos de trabalho, os herdeiros da fé iluminista nas forças da razão aceitaram o tremendo desafio de ajudar a construir a nova sociedade, transforman-

⁵ Tarefa ingrata. Por questões de ordem editorial, vários autores importantes ficaram de fora nesta versão. Por exemplo, Renan, um dos pais fundadores da nação francesa, ou os exploradores que “descobriram” o interior da África, ou ainda os racistas alemães. Estabelecer um recorte revelou-se matéria temível, pois toda decisão parecia arbitrária. No entanto, como o tema é muito importante e muito pouco abordado no Brasil, era preciso correr o risco. Minha única ambição é que este artigo seja um bom ponto de partida para futuros desdobramentos.

do a ciência em força produtiva massiva. Entre muitos outros, os químicos Lavoisier, Fourcroy, Chaptal e Berthollet, os matemáticos Condorcet, Laplace, Monge e Fourier, os naturalistas Saint-Hilaire, Lamarck, Cuvier e Lacépède, os astrônomos Bailly, Lalande e Delambre, os físicos Borda e Coulomb, os médicos Pinel, Bichat e Baudelocque, sem falar do jornalista Marat, mártir da revolução, apaixonado pela ciência, médico e físico autor de quinhentas experiências, todos eles assumiram postos políticos, administrativos, militares e substituíram a velha Academia Real pelo revolucionário Comitê de Instrução Pública, um imenso ministério que agrupou as ciências, o ensino, as técnicas, a pesquisa e a cultura. Assim nasceram o metro, o sistema decimal, o telégrafo, a solda, o gás de iluminação, assim se deu a renovação do ensino, a unificação da medicina com a cirurgia, a fundação da Escola Central de Trabalhos Públicos (Escola Politécnica), da Escola Normal Superior e do Liceu de Artes e Ofícios, assim surgiram novas legislações e novos métodos de gestão. Fazer jorrar do seio da miséria a abundância, este foi o lema da ciência massivamente engajada na substituição da milenar servidão pelas novas liberdades públicas.⁶ O cientista, desde então, tornou-se um homem público da maior importância, sem o qual a modernidade nunca poderia ter sido construída.

Mas um lento processo de ascensão fora iniciado desde o Renascimento, passando pela “revolução científica” do início do século XVII, pela homeopática contribuição dos sábios experimentais de todos os países, pela fundação da Associação Britânica para o Progresso da Ciência em 1831, pela criação do termo “cientista” em 1840, batismo que preparou a grande explosão da segunda metade do século XIX. Em toda a Europa, a trabalhosa entrada da ciência nas universidades, até então ciosamente controladas pelo clero, as descobertas espetaculares, a crescente colaboração entre ciência, técnica e indústria, a organização de influentes associações científicas setoriais, a avalanche de revistas especializadas, a envolvente idéia de progresso, tudo isso aumentou enormemente o prestígio de médicos, naturalistas, sociólogos, antropólogos, geólogos, engenheiros, matemáticos e homens de laboratório. A

⁶ Denis Guedj, *La révolution des savants*, Paris, Découvertes Gallimard, 1988, passim.

ação dos cientistas tornou a vida mais saudável, mais confortável e mais barata. Não é de admirar que eles tenham sido entronados como os heróis civilizadores do mundo contemporâneo. O que eles dissessem era considerado expressão da Verdade, só podendo ser contestado por alguém do próprio meio. Assim, com o tempo, tornaram-se também os principais legitimadores da supremacia ocidental. “*Organizar cientificamente a humanidade* é portanto — grifou o célebre Renan — a última palavra da ciência moderna, é a sua audaciosa porém legítima pretensão”.⁷

O imenso e disperso mundo estava se tornando um só, sob o comando do homem branco e sob a égide de gigantescas estruturas estatais e empresas capitalistas, onde o novo saber científico ia paulatinamente substituindo o velho empirismo. Através da história, afirmava-se, os seres humanos tinham sido vítimas das suas idéias errôneas, até que a ciência ocidental saneadora tivesse começado a tocar, com todo o fôlego, as trombetas da liberdade. Os homens que comandavam o gigantesco processo de transformações pensavam que era preciso colocar aquela diversidade inconveniente, aquele caos planetário em ordem, rentabilizá-lo ao impor a autoridade dos seus superiores “naturais”. Pela força e pela razão. Não foi por acaso nem por ignorância patológica que a noção de raça, na segunda metade do século passado, tornou-se central na reflexão dos cientistas sociais, englobando os conceitos de sociedade, de cultura e até mesmo o de civilização, freqüentemente tida como apanágio do homem branco. Os novos teóricos da superioridade da raça branca identificaram-na então com a vanguarda das demais raças, cientificamente apresentadas como refratárias ao progresso, supersticiosas, ignorantes, rotineiras, irresponsáveis, infantis, preguiçosas, despóticas e até mesmo animais, imorais e sanguinárias.

Estava assim consolidado, sob forma científica, o mito de fundação da ordem ocidental. A saga do homem branco determinava que ele teria de carregar, segundo os famosos versos de Kipling, “um fardo”: diante das “raças inferiores” teria de assumir uma pesada e sagrada tarefa, uma “missão civilizadora”, dar uma resposta satisfatória às ne-

⁷ Citado por Claude Chrétien, *A ciência em ação*, Campinas, Papirus, 1994, p. 27.

cessidades dos “cativos” da ignorância e do “paganismo”. Este tema da missão civilizadora era tanto mais forte quanto parecia desinteressado e altruísta. Propagar o Cristianismo, a Ciência e a Indústria para que o Outro também pudesse viver melhor, eis a palavra-de-ordem maciçamente professada pelos marqueteiros da expansão ocidental. O cientista tornava-se assim um neomissionário, ao lado do padre, do militar e do homem de negócios. Porém o mais prestigioso dentre os pares, “a vanguarda da vanguarda”.⁸

As origens do racismo científico

O racismo teórico surge quando o etnocentrismo espontâneo e racionalizações mais ou menos fragmentárias dão lugar a sistemas de representação elaborados, integrados a uma concepção geral do mundo.⁹ Na França, um terreno propício ao desenvolvimento desse tipo de racismo foi o enfrentamento entre as ideologias monarquistas e republicanas, desde meados do século XVIII. Neste particular, em uma luta simultânea contra as reivindicações da burguesia ascendente e o poder absoluto estabelecido, os historiadores aristocratas saíram na frente. Em 1727, Henry de Boulainvilliers, na sua *Histoire de l'Ancien Gouvernement de la France*, retomando tradições orais ou expressões literárias provenientes dos séculos anteriores, organizou um discurso discriminatório sobre a sociedade, a qual seria constituída de acordo com a ordem natural ditada pela qualidade superior do sangue “claro e puro” da nobreza e do sangue “vil e abjeto” da plebe. Boulainvilliers foi, portanto, um precursor do racismo biologizante, embora sua concepção levasse em consideração não apenas o fato físico, mas também um fato histórico, a conquista, e a doutrina anexa do “direito

⁸ A referência a “The white man's burden” encontra-se em Peter Gay, *O cultivo do ódio - A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p.92. Outros poemas in Rudyard Kipling, *Poèmes*, ed. bilingüe inglês-francês com ilustrações de Hugo Pratt, Paris, Vertige Graphic, 1995. A expressão “vanguarda da vanguarda”, se bem me lembro, é de Charles Letourneau.

⁹ Sobre os três níveis do racismo, conforme a classificação erudita, ver Pierre-André Taguieff, *La force du préjugé - Essai sur le racisme et ses doubles*, Paris, Gallimard, 1987, pp. 61-94. Deixo de lado, por questões de ordem prática, as manifestações do racismo erudito na Península Ibérica, particularmente o debate Las Casas/Sepúlveda no século XVI.

da força”. A sociedade francesa seria, portanto, o resultado da coexistência entre a aristocracia dos conquistadores francos, “raça superior” germânica vinda do norte, fundadora de impérios, e a “raça inferior” dos gauleses ou galo-romanos, os nativos conquistados. A tarefa histórica da aristocracia franca seria impedir a contaminação do seu sangue privilegiado pelo sangue bastardo da burguesia galo-romana detentora do poder econômico. Esta “tese germanista” foi refutada em seguida pelo Abbé Dubos em 1734, o qual chegou ao absurdo de negar a conquista dos bárbaros do norte, seguido de Montesquieu, que, no livro XXX do seu célebre *De l'esprit des lois*, ao criticar as teorias de Boulainvilliers e do Abbé Dubos, tentou uma linha intermediária entre a “tese germanista” e a “tese romanista”. A polêmica foi retomada, em seguida, pelos primeiros historiadores republicanos, particularmente pelos irmãos Augustin e Amédée Thierry, segundo os quais a Revolução Francesa tinha sido a revanche dos galo-romanos, uma vez que que “a raça dos invasores permaneceu uma classe privilegiada”. Esta teria formado uma “nobreza guerreira ociosa e turbulenta”, enquanto que “a raça invadida, despojada da propriedade do solo, do comando e da liberdade, não vivendo do uso das armas mas do trabalho (...) formou uma espécie de sociedade separada”. Assim, a raça gaulesa encarnaria a igualdade e a tendência associativa, o espírito federativo e republicano; representaria, em uma palavra, a luta contra a tirania. Esta tese foi abandonada pela historiografia atual, mas exerceu muita influência durante todo o século XIX. A *histoire des gaulois* de Amédée Thierry foi contemplada com dez edições entre 1828 e 1877.¹⁰

Contrariamente à Inglaterra e à Alemanha, onde o racismo desenvolveu-se a partir de tentativas de unir o povo em torno de um sentimento nacional, com a aliança política da aristocracia e da burguesia emergente, na França o racismo prosperou em virtude da postura revolucionária da burguesia, da conseqüente divisão do país e da guerra civil.

¹⁰ Sobre Boulainvilliers e os irmãos Thierry, cf. Claude Liauzu, *Race et civilisation - L'Autre dans la culture occidentale - Anthologie critique*, Paris, Syros, 1992, pp. 77-78, 208, 273-274. Jean Boissel, notícias e notas in Gobineau, *Oeuvres*, Bibliothèque de la Pléiade, Paris, Gallimard, 1983, p.1310; Pierre-André Taguieff, “Quand on pensait le monde en termes de race”, entrevista à revista *L'Histoire*, 214 (1997), p. 34. Ver também Montesquieu, *De l'esprit des lois*, Paris, Sociales, 1977, pp. 291-304, inclusive as observações críticas de Jean Ehrard, pp. 289-291.

O racismo francês surgiu, portanto, no seio de uma batalha simbólica pela redistribuição do prestígio, da riqueza e do poder, onde os republicanos foram transmutando um discurso de raça em discurso de classe. Entretanto, na segunda metade do século XIX, com a sociedade burguesa constituída e consolidada, a integração das massas trabalhadoras domésticas e a expansão imperialista tornaram-se os objetivos estratégicos fundamentais. O racismo interno então transmutou-se, tornando-se pouco a pouco parte integrante de uma teoria racista global, na qual as massas das grandes cidades industriais e os camponeses de regiões remotas da Europa foram assimilados aos “selvagens” dos mundos exóticos.

Mas o racismo erudito progrediu principalmente no terreno do debate científico, tomando corpo na grande polêmica a respeito das origens do homem e seu lugar no universo. Neste contexto, os adversários principais eram os monogenistas e os poligenistas. Os primeiros respeitavam os ensinamentos do Velho Testamento, mas procuravam também alguma fundamentação científica, argumentando que a possibilidade de cruzamento entre as diversas raças e a “fecundidade dos híbridos” eram provas incontestes da unidade do gênero humano. Alguns dos mais célebres intelectuais do século XVIII, os naturalistas franceses Buffon, Lamarck, Saint-Hilaire e Cuvier, o alemão Blumenbach e o botânico sueco Lineu eram monogenistas. Buffon escreveu que “tudo leva à prova de que o gênero humano não é composto de espécies essencialmente diferentes entre si, ao contrário, originalmente não existiu senão uma única espécie”.¹¹ Nos países católicos, talvez pelo fato de o monogenismo ter sido doutrina da igreja oficial, protegida pela censura real, os poligenistas encontraram seus mais ardentes defensores entre os filósofos da oposição iluminista. As próprias Sagradas Escrituras, a Inquisição e o absolutismo político foram então mantidos sob acusação e considerados obstáculos à emancipação da ciência. Quanto ao mérito da questão propriamente dita, os poligenistas argumentavam que as diferenças entre as raças eram tão radicais que não seria sensato reivindicar a existência de uma única espécie humana. O debate é apresentado aqui de modo

¹¹ Citado por Liauzu, *Race et civilisation*, p. 98. Ver também Lilia Moritz Schwarcz, *O espetáculo das raças - cientistas, instituições e questão racial no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, especialmente o capítulo 2, “Uma história de ‘diferenças e desigualdades’: as doutrinas raciais do século XIX”.

um tanto quanto esquematizado, mas essas batalhas eram enciclopédicas, recheadas de numerosas citações e exemplos. Os sábios dessa época pretendiam ter conhecimentos vastíssimos, abrangentíssimos. Nos meios intelectuais, as ambições andavam se agigantando...

Se, no transcurso do século XIX, a expansão do racismo erudito coincidiu com a vitória da corrente poligenista, não se pode estabelecer relações muito diretas entre poligenismo e racismo, porque os monogenistas, mesmo defendendo a unidade do gênero humano, não admitiam veleidades igualitárias. Por outro lado, os poligenistas franceses eram iluministas, lutaram contra o preconceito e a intolerância e até mesmo, em certos casos, pelo direito dos povos à autodeterminação; mas, paradoxalmente, terminaram defendendo posições abertamente racistas. A *Encyclopédie* de D'Alembert e Diderot, ao lado da condenação intransigente da escravidão e do colonialismo, traçou no verbete “espécie humana” um retrato preconceituoso e intolerante das demais raças humanas. Frases como esta podiam ser lidas em suas páginas: “Todos esses povos são feios e grosseiros, superficiais e estúpidos”. Para o grande Voltaire, os negros teriam apenas um pouco mais de idéias “que os animais e mais facilidade para exprimi-las”. Voltaire devia estar se sentindo supremamente inteligente quando escreveu:

A grande questão entre eles [os negros] é se são descendentes dos macacos ou se os macacos descendem deles. Nossos sábios disseram que o homem é a imagem de Deus: eis aqui uma curiosa imagem do Ser eterno, um nariz negro achatado, com pouca ou nenhuma inteligência! Um dia virá sem dúvida onde esses animais saberão cultivar a terra, embelezá-la com casas e jardins e conhecer a rota dos astros: é preciso tempo para tudo.¹²

É claro, Voltaire pretendia ridicularizar principalmente o Livro da Gênese, a Igreja era seu inimigo principal... Mas, no meio do caminho, parece ter esquecido do inimigo, para tratar com desprezo populações

¹² Voltaire, *Lettres d'Annabel*, citado por William B. Cohen, *Français et africains*, Paris, Gallimard, 1981, pp. 99, 129 e 133. As referências aos enciclopedistas encontram-se em Taguieff, *La force du préjugé*, pp. 204-207 e 212. Cf. também Antonello Gerbi, *O Novo Mundo - História de uma polêmica*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 49-51.

distantes que mal conhecia, desobedecendo candidamente a correlação metodológica entre crença no progresso, nova espiritualidade laica e iluminista, e guerra contra o preconceito, que ele próprio estabelecera. Se o preconceito, segundo os termos do próprio Voltaire, não passaria de opinião sem fundamento, sem conhecimento de causa, suas idéias sobre o africano estavam mais de acordo com a mentalidade de investidor de capitais no tráfico negreiro, que ele foi, do que com a filosofia de um defensor da tolerância e do julgamento isento, que ele também foi.

Ora, o Voltaire traficante coloca o foco em outra fonte permanente de sentimentos e reflexões racistas em toda a Europa. Era muito difícil fazer cativos sem, de alguma maneira, depreciar os povos escravizados, justificando a violência e o arbítrio. O direito à autodeterminação dos povos entre os iluministas foi, repito, abordado de modo hesitante e, além do mais, seus defensores formavam a corrente minoritária no movimento. Terminaram sendo mais sensíveis à igualdade entre os homens que à igualdade entre os povos. Por isso seus herdeiros, desde a Revolução, adotariam com entusiasmo a tese francesa da “assimilação”. Saint-Just falou de “injusta dominação”, mas temeu que a Europa perdesse suas colônias. O “progresso do espírito humano” em Condorcet compreendia a rejeição das relações de opressão. Mas, no seu discurso, “as nações submetidas” e as “populações quase selvagens” deveriam, por sua vez, submeter-se à tutela... dos filósofos das luzes. O indisfarçável desprezo pelo outro levou iluministas e revolucionários a adotarem uma política colonial de assimilação social, jurídica e cultural, com imposição do modelo europeu de sociedade, evidente postura opressiva curiosamente entendida como fator de libertação.¹³

Na segunda metade do século XVIII, as doutrinas racistas não passavam de aglomerados de preconceitos baseados em aparências, impressões mal fundamentadas, interesses mal disfarçados, na extensão abusiva de imagens familiares¹⁴ e em padrões inspirados pela estética do classicismo. Só no decorrer do século seguinte é que uma objeti-

¹³ Cf. Marcel Merle, *L'anticolonialisme européen de Las Casas à Marx*, Paris, Armand Colin, 1969, pp. 9-25.

¹⁴ Cf. Gaston Bachelard, *La formation de l'esprit scientifique*, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1980.

vidade baseada na quantificação começou a ganhar terreno, embora a maioria dessas aberrações epistemológicas permanecesse vigente. Em 1758, na décima edição da sua célebre obra *Systema naturae*, Lineu ampliou a nomenclatura científica e estendeu suas rígidas classificações ao reino vegetal e a todo o reino animal, inclusive ao *homo sapiens*. Dividiu-o então em quatro grandes “tipos”, com suas intrínsecas e imutáveis características físicas, culturais, políticas e morais. O homem branco foi assim apresentado: “Sangüíneo, ardente; cabelos louros, abundantes; olhos azuis; leve, fino, engenhoso; usa roupas estreitas; é regido pelas leis”. Os demais, é claro, ganharam notas mais baixas. O asiático foi apresentado como melancólico, severo, fastoso e avaro, “regido pela opinião”. O americano seria vermelho, bilioso, teria cabelos negros, lisos e abundantes, narinas amplas, queixo quase imberbe; “teimoso, alegre, erra em liberdade; pinta-se de linhas curvas vermelhas; é regido pelos costumes”. O africano, sempre mais perseguido, teria por sua vez cabelos crespos, lábios grossos, pele oleosa e nariz simiesco; seria “indolente, de costumes dissolutos (...) vagabundo, preguiçoso e negligente (...) regido pelo arbítrio”.¹⁵

Georges Leclerc, o conde de Buffon, químico e geólogo, o mais famoso naturalista francês do século XVIII, na sua *História natural*, publicada em trinta e seis volumes entre 1749 e 1788, também começou a aplicar os métodos das ciências naturais ao estudo dos seres humanos. Esta gigantesca obra foi um dos maiores sucessos de livraria da época. Concebida para o grande público, escrita em uma linguagem fácil e divertida, a *História* de Buffon exerceu uma influência imensa sobre gerações sucessivas. Apesar de ser um pesquisador criativo, Buffon recapitulou no seu texto, como era de praxe, todo o saber livresco sobre a matéria, repetindo os estereótipos raciais consagrados. Na época em que os museus começaram a ser fundados, os naturalistas acumulavam todos os seres do planeta em um mesmo espaço, em uma mesma obra, procurando integrá-los em uma cadeia de seres imutáveis que ia das minhocas até Deus, sendo que as “raças superiores” ficavam próximas do seu Criador e as “inferiores” faziam fronteira com o reino animal.

¹⁵ Citado por Alain Ruscio, *Le credo de l'homme blanc*, Bruxelles, Complexe, 1995, pp. 26, 27.

Buffon, ao lado de Lamarck, foi um dos primeiros naturalistas a tentar explicar o processo de transformação na natureza, colocando os primeiros pilares para a formação de uma teoria da evolução. A obra de Buffon, apesar do seu comprometimento social, apareceu implicitamente aos contemporâneos como uma crítica aos dogmas cristãos, na medida em que a natureza já não era vista como uma obra perfeita e acabada. Temos, portanto, com ele uma das primeiras formulações do desenvolvimento da natureza como processo histórico, em um quadro geopolítico e epistemológico onde as noções de progresso e de hierarquia racial iam se tornando centrais. Com Buffon, segundo a expressão de Antonello Gerbi, “o eurocentrismo se afirma na nova ciência da natureza viva”. A Europa, em seu processo de afirmação, definia-se como superior em contraposição a todo o resto do mundo conhecido e a ciência em ascensão tornava-se um território privilegiado para a legitimação desta reivindicação. A *História natural* passou então a traçar um quadro bastante vasto das populações de toda a Terra, assumindo a raça como critério válido de classificação e influência determinante em todas as realizações humanas, sociais, políticas e culturais. Abria-se assim todo um imenso território para a colonização intelectual, com a conseqüente criação de numerosas disciplinas científicas que passariam a esquadrihar o globo, à procura de novas e palpitantes explicações raciais hierarquizantes.¹⁶

Todos os naturalistas passaram, em suas obras e seus cursos, a pontificar sobre as diversas raças humanas, consideradas sempre muito inferiores à raça branca ou caucasiana. Na obra de Buffon, o narcisismo, pronunciado com solenidade, tornou-se questão de princípio: “Encontramos na Europa a mais bela raça da humanidade”. Já o “selvagem” das Américas, acompanhando o quadro geral de “decadência” característico de toda a “natureza viva” americana, seria um elemento passivo, uma vítima de um meio ambiente “em estado bruto”. Eis o retrato do homem americano, segundo Buffon:

¹⁶ Sobre Buffon, foram consultados Colin A. Ronan, *História ilustrada da ciência da Universidade de Cambridge*, vol. III: *Da Renascença à Revolução Científica*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990, p. 154; Liauzu, *Race et civilisation*, p. 89; Jean-Marc Drouin, “De Linné à Darwin: les voyageurs naturalistes”, in Michel Serres (org.), *Éléments d’histoire des sciences*, Paris, Bordas, 1989, p. 329; Gerbi, *O Novo Mundo*, pp. 40-41; Michel Serres, “Paris 1800”, in Serres (org.) *Éléments...*, p. 354.

O selvagem é débil e pequeno nos órgãos da reprodução; não tem pelos nem barba, nem qualquer ardor por sua fêmea: embora mais ligeiro que o europeu (...) é muito menos forte de corpo; é igualmente bem menos sensível e, no entanto, mais crédulo e covarde; não demonstra qualquer vivacidade, qualquer atividade d'alma (...) Prive-o da fome e da sede e terá destruído simultaneamente o princípio ativo de todos os seus movimentos; ele permanecerá num estúpido repouso sobre suas pernas ou deitado durante dias inteiros.¹⁷

Apesar de não ter nenhum conhecimento consistente sobre a África, Buffon se arriscou a traçar do africano um retrato “divertido” porém massacrante. Para ele, o negro seria desprovido de imaginação, sempre rejeitando o progresso e a mudança, limitando-se a imitar servilmente seus antepassados; seria incapaz até mesmo de cultivar as férteis terras onde vivia. A única vantagem dos africanos sobre os americanos, segundo a versão buffoniana, é que os negros seriam capazes de escapar da sua eterna preguiça e indolência... para cercar as mulheres. Contudo morreriam jovens, mergulhados desde muito cedo na esbórnia, esgotando-se rapidamente em virtude da sua exorbitante atividade sexual.¹⁸ Este retrato “picante” do “africano” estava destinado a ter um duradouro sucesso.

Pelo final do século XVIII, começaram a surgir algumas disciplinas mais ou menos científicas cujo objetivo era estabelecer relações rígidas de causa/efeito entre as características físicas, psicológicas e culturais dos seres humanos. Em 1780, o suíço Caspar Lavater sistematizou a fisiognomonia, método que teve grande sucesso entre os intelectuais da época, segundo o qual poder-se-ia detectar todas as qualidades de um indivíduo pela sua fisionomia. Como a sociologia e a biologia não tinham dado ainda seus primeiros passos e a genética, em meados do

¹⁷ Citado por Gerbi, *O Novo Mundo*, p. 21. Salientemos, entretanto, que Buffon, ao aproximar-se do fim de sua vida, mudou de idéia sobre a fragilidade do homem americano, provavelmente contrariado pela violência discriminatória de um De Pauw. Sua fragilidade passou a ser atribuída a causas locais e eventuais, os homens americanos aparecendo então como “tão robustos quanto os europeus”, permanecendo, entretanto, “menos ativos” (Cf. Gerbi, *ibidem*, pp. 130-131). Contudo o mal estava feito e seus textos depreciativos sobre o americano continuaram a ser publicados.

¹⁸ Cohen, *Français et africains*, pp. 106-107, 298.

século, se limitava a observações empíricas das morfologias externas, médicos, naturalistas, fisiologistas e economistas desenvolveram métodos que assimilavam natura e cultura, estabelecendo a influência do físico sobre a moral e a inteligência do homem. Com a sucessão das obras de Lavater, todos os povos do vasto mundo começaram a ser enquadrados pela doutrina fisiognomonista, pretendendo-se estabelecer o caráter de cada qual pelo exame de traços faciais individuais e logo também pela cor da pele, considerada reveladora da alma. A pele escura, previsivelmente, era tida pela fisiognomonia como signo de uma alma pervertida, enquanto a pele clara conotava um caráter nobre. Lavater, na verdade, apenas repetia o velho simbolismo das cores herdado dos textos vétero-testamentários, tornando-o, por um passe de mágica, critério válido em uma disciplina científica. Em 1837, o diplomata e historiador Frédéric Portal escreveu uma obra de sucesso que tomou como tema o simbolismo das cores, a qual explicitava bem este aspecto da ordem visual dominante:

Símbolo do mal e do falso, o negro não é uma cor, mas a negação de todas as nuances e o que elas representam. Assim, o vermelho designa o amor divino; unido ao negro, será o símbolo do amor infernal, do egoísmo, do ódio e de todas as paixões do homem degradado (...) O negro deve ser o símbolo do erro, do nada, do que não existe (...) O negro é a negação da luz: ele foi atribuído ao autor de todo o mal e de toda a falsidade.¹⁹

O anatomista holandês Camper, por sua vez, despertou na mesma época grande entusiasmo ao aplicar métodos matemáticos à análise do caráter dos povos. Ele integrou ao discurso científico uma medida que intitulou de “ângulo facial”, a qual apresentava como critério de excelência a estatuária grega do período clássico. Esta medida era antes utilizada nos manuais de desenho destinados aos artistas. A maior ou menor abertura deste ângulo forneceria, segundo Camper, o grau de elevação ou degradação de uma raça. Por meio deste ângulo, ter-se-ia

¹⁹ Citado por Cohen, *Français et Africains*, p. 307. Sobre a fisiognomonia, cf. Cohen, *ibidem.*, p.136; Boissel, in Gobineau, *Oeuvres*, v. I, p.1219 e Ruscio, *Le credo de l'homme blanc*, p. 29.

uma escala compreendendo não somente os homens mas todos os animais, na qual o europeu ocupava, obviamente, o grau superior, a “beleza comparativa”.²⁰

No início do século XIX, o médico austríaco naturalizado francês Franz Josef Gall publicaria sua obra *Anatomia e fisiologia do sistema nervoso em geral*, também fadada a ter grande sucesso. Gall havia realizado grandes progressos no estudo das funções cerebrais, mantendo, porém, a relação de causa e efeito entre a configuração da cabeça e as disposições intelectuais e morais. Rigoroso, criticou a superficialidade da fisiognomonia e destacou a importância exclusiva da caixa craniana, da forma e do volume do cérebro, no estabelecimento das “diferentes disposições e inclinações” inatas aos indivíduos e às diversas raças. Chegou mesmo a traçar um mapa do cérebro humano, assinalando as regiões de onde provinham o amor, a inteligência e os talentos criadores. A tese de Gall não podia deixar de traçar o rotineiro elogio do homem branco e do seu cérebro privilegiado, assimilando a forma do crânio dos povos “selvagens” à dos marginais europeus, tema que, como veremos, se desdobrará em numerosos e palpitantes capítulos.²¹ Na sequência, as demais partes do corpo humano também passaram a ser levadas em consideração, proliferando diversos tipos de medições gratuitas e quantificações acríticas que sempre estabeleciam paralelismos excessivamente precisos entre o tipo físico e as qualidades morais e culturais. Esta relação imediata entre fenômenos de ordens radicalmente distintas instigou o surgimento de, como diria Bachelard, uma espécie de precisão pitoresca. Assim, o holandês Willem Vrolik criou um método de mensuração da pelve, estabelecendo uma relação direta entre o comprimento e a largura da bacia e a superioridade ou inferioridade racial, e onde, é claro, as raças extra-européias tinham suas bacias mais largas, estando por isso moral e culturalmente mais próximas do reino animal.

²⁰ Sobre Camper, cf. Gobineau, *Essai sur l'inégalité des races humaines*, in *Oeuvres*, vol. 1, pp. 242-245 e 249, com notas complementares de Jean Boissel nas pp. 1311-1312.

²¹ Cf. Cohen, *Français et Africains*, pp. 310-311.

A sistematização do conde de Gobineau

Em 1853, apareceriam na França, logo no início do Segundo Império de Napoleão III, os dois primeiros volumes de uma obra monumental que exerceu imensa influência, sobretudo nas três primeiras décadas do nosso século, o *Essai sur l'inégalité des races humaines*, do postigo conde Arthur de Gobineau (os volumes III e IV seriam lançados em 1855). Originário de uma família de banqueiros falidos, dono de um título de nobreza arranjado, diplomata de segundo escalão, poeta e escultor bis-sexto (e medíocre), porém cronista de méritos inegáveis, Gobineau foi um homem de muitas leituras e grande erudição. Devido à sua conversação fluente e ilustrada, foi capaz de fazer amizades proveitosas com reis, ministros, generais e altos funcionários estatais, tornando-se um ideólogo dos mais arraigados valores aristocráticos. Foi correspondente do imperador D. Pedro II, com quem fez uma amizade duradoura no tempo que aqui serviu como chefe da legação francesa. Do ponto de vista político, Gobineau combateu intransigentemente o republicanismo, o progressismo otimista, os ideais democráticos dos herdeiros da Filosofia das Luzes e dos teóricos do Liberalismo, filiando-se à teoria da “degeneração”, reelaborada na primeira metade do século, quando o psiquiatra Morel publicou o seu *Traité des dégénérescences dans l'espèce humaine*. Gobineau, na sua versão particular, via sua época como o resultado da perda das virtudes das antigas raças heróicas, pervertidas pelo desenvolvimento capitalista da sociedade moderna, e as demais etnias extra-europeias como ramos decaídos de uma primitiva raça adâmica.

Logo no primeiro capítulo do Livro Primeiro do *Ensaio*, Gobineau interroga-se sobre as causas do “mais impressionante e ao mesmo tempo mais obscuro de todos os fenômenos da história”, o desmoronamento das civilizações. Perda das virtudes políticas, despotismo, luxo excessivo e corrupção das elites, sucessivas más administrações governamentais, irreligiosidade das massas, fanatismo, degradação das instituições? Gobineau vai, pouco a pouco, refutando essas tradicionais explicações, oferecidas pelos clássicos greco-romanos ou pelos filósofos do século XVIII, acusando-os de realçar meros acidentes sem peso histórico efetivo. Estes “elementos de desorganização” não poderiam ser compreendidos senão como consequências de um mal escondido mais terrível,

pois o verdadeiro princípio destrutivo teria de proliferar no seio da própria sociedade “agarrado às suas entranhas”: as nações “perdem vigor” e morrem quando terminam sendo “compostas de elementos degenerados”:

Penso portanto que a palavra *degenerado*, aplicada a um povo, deve significar e significa que este povo não tem mais o valor intrínseco que possuía antigamente, porque nas suas veias não corre mais o mesmo sangue, no qual os acréscimos sucessivos modificaram gradualmente o valor; em outras palavras, com o mesmo nome, ele não conservou a mesma raça dos seus fundadores; enfim, que o homem da decadência, aquele que é chamado de homem *degenerado*, é um produto diferente, do ponto de vista étnico, do herói das grandes épocas.²²

Gobineau abandonou, portanto, a complexidade do fato social, que já tinha sido levado em conta pelos filósofos antigos e recentes, para assimilar a nação ao corpo físico do homem, retomando as teses de Boulainvilliers por intermédio do saint-simoniano Victor Courtet de l’Isle. Ao mesmo tempo, colocou-se a “espinhosa questão”: “Existem entre as raças humanas diferenças de valor intrínseco realmente sérias, e essas diferenças são passíveis de apreciação?” Para respondê-la, ele iria traçar o grande panorama do desenvolvimento, melhor seria dizer da degeneração histórica da humanidade, a qual comporta a tese da hierarquia entre as raças humanas. No processo histórico, escreveu Gobineau, só os grupos excepcionalmente dotados passariam a uma organização social um pouco mais complexa. A partir desse novo patamar, essas “raças conquistadoras” governariam e civilizariam os vizinhos, aumentando cada vez mais a própria possibilidade de expansão. O impulso conquistador seria assim, ele próprio, o mais importante indício de superioridade racial. Nesta linha de raciocínio, a mais importante característica da inferioridade racial seria o isolamento ou a impossibilidade de conquistar o vizi-

²² Gobineau, *Essai sur l’inégalité des races humaines*, vol. I, p. 162. Antonello Gerbi já chamou a atenção para o fato de que, para os naturalistas do século XVIII, a estabilidade era superior ao movimento. Gobineau foi um herdeiro de conceitos aristotélicos e escolásticos da superioridade do invariável sobre o mutável, onde a invariabilidade é o atributo da perfeição, do Primeiro Motor. Quanto mais estável e idêntica a si mesma, uma coisa seria divina e jubilosa. Neste contexto intelectual, toda alteração tendia a aparecer como degeneração. Cf. Gerbi, *O Novo Mundo*, pp. 33-36.

nho. O problema é que, se os “mestres vigorosos”, no seu processo de expansão, ofereciam um melhor destino aos povos conquistados, pelas inevitáveis misturas raciais terminariam contaminando o próprio sangue com o das “raças inferiores” absorvidas: “À medida que a nação cresce, seja pelas armas, seja pelos tratados, o seu caráter étnico altera-se cada vez mais (...) A nação primitivamente conquistadora, ativa, civilizadora, terá começado a desaparecer: seu sangue foi imerso no de todos os afluentes que ela desviou para si”. O “sangue civilizador” e sua “força de propulsão” começariam então a definhir.²³

Gobineau insurge-se, portanto, decididamente contra o “axioma político” baseado no Cristianismo, segundo o qual “todos os homens são irmãos”, e o correlato “axioma científico”, segundo o qual todos os homens seriam dotados de “instrumentos intelectuais” idênticos. Recusa terminantemente a “opinião igualitária” e o “dogma liberal da fraternidade”, denuncia sua influência sobre as instituições e os costumes, afirmando, entretanto, que eles não puderam “destronar a evidência” da opinião cotidiana, ou seja, a constatação das graves diferenças entre as raças-nações. Não só todos os povos teriam usado epítetos depreciativos que indicavam a desigualdade, como esta idéia foi clara e permanente entre as diversas raças, servindo também “de base a quase todas as teorias governamentais” desde a mais remota antiguidade.²⁴ Nesta passagem, o autor do *Ensaio* usa um mecanismo falacioso frequentemente utilizado em seguida por gerações de racistas moderados ou radicais: a opinião preconceituosa, a hostilidade espontânea entre os povos e a universalidade do etnocentrismo tornam-se automaticamente evidências da existência de uma hierarquia racial. Assim, esquemas psicossociais de auto-afirmação, por uma simples derrapagem, são considerados como provas científicas, violando o que Bachelard chama de o primeiro obstáculo a ser superado pelo espírito científico.²⁵

²³ Gobineau, *Essais...* pp. 168-170.

²⁴ Ibidem, p. 173.

²⁵ “A opinião pensa mal; ela não *pensa*: ela *traduz* necessidades em conhecimentos. Designando os objetos pela sua utilidade, ela proíbe-se de conhecê-los. Nada se pode fundar sobre a opinião: antes de mais nada é preciso destruí-la. Ela é o primeiro obstáculo a ser superado”. Bachelard, *La formation de l'esprit scientifique*, p. 14; cf. também capítulo II, pp. 23-54.

Ora, mas quem seriam esses “grupos excepcionalmente dotados”, essas “raças conquistadoras”? Pergunta meramente retórica, pois as conclusões que Gobineau tirou do seu arrazoado são totalmente previsíveis: primeiro, a maioria das raças humanas nunca seria capaz de se civilizar, a não ser pelo mestiçamento com outras, ditas superiores; em seguida, essas raças não somente não possuiriam o impulso interior necessário ao aperfeiçoamento, como “todo agente exterior é impotente para fecundar sua esterilidade orgânica, mesmo que este agente possa ser muito enérgico”. Tomando posição no debate entre monogenistas e poligenistas, Gobineau polemizou com os primeiros, mas preferiu um meio-termo um tanto quanto ambíguo. Questionou os textos da Gênese como sendo pouco claros sobre as origens do homem, mas preferiu, subreptício, não entrar em choque com a interpretação oficial da Igreja. Considerou então a questão da origem como secundária e mesmo insolúvel, optando pela existência de uma “raça adâmica” primitiva, diferente de todos os grupos atuais. Os diferentes meios ecológicos primordiais teriam traçado, em cada grupo, seu caráter isolado que se perpetuou em seguida, tornando as diferenças étnicas permanentes. Esta suposta existência de diferenças permanentes é que foi, para ele, o ponto principal a ser salientado.²⁶

Para o conde de Gobineau, é claro, nenhuma raça poderia rivalizar com a branca. Na dedicatória feita para George V, rei de Hannover, Estado então independente situado no norte da atual Alemanha, ele escreveu: “Tudo o que existe de grande, de nobre, de fecundo sobre a Terra, em termos de criação humana, a ciência, a arte, a civilização, leva o observador para um ponto único, não saiu senão de um mesmo gérmen, não resultou senão de um só pensamento, não pertence senão a uma só família, da qual os diferentes ramos reinaram em todas as partes civilizadas (*policées*) do universo”.²⁷ Assim, o que existiu de civilização no Egito antigo, na África Ocidental, na Pérsia, na Índia, na Améri-

²⁶ Gobineau, *Essais...*, pp. 198 e 252-274.

²⁷ Ibidem, p. 139. Von Schele, ministro do reino de Hannover, “recusou o pedido de um jovem e pobre advogado para um cargo no governo, com base no fato de que seu pai era um encadernador de livros e que, assim sendo, ele deveria se ater àquele ofício”. Vê-se portanto que, por trás da retórica do “grande, nobre e fecundo”, estava a defesa de uma estratificação que, àquela altura, tornara-se bastante ridícula. A citação está em Eric J. Hobsbawm, *A era das revoluções - 1789-1848*, São Paulo, Paz e Terra, 1994, p. 211.

ca e alhures teria sido devido às misturas do esplêndido sangue caucasiano com o medíocre sangue das populações nativas. A grande maioria das populações humanas não teria conseguido sequer chegar a um primeiro grau de crescimento, isto é, estabelecer algumas leis para começar a desempenhar algum papel neste mundo, entrar em contato com outras “famílias” para incorporá-las, pela guerra ou pela paz. Nestas condições estariam os “negros” da Polinésia, a grande maioria dos africanos e os mais diversos grupos disseminados pelo mundo inteiro,

que não conseguiram jamais sair desta impotência e vivem justapostos uns aos outros em relação de completa independência. Os mais fortes massacram os mais fracos, os mais fracos tentam manter a maior distância possível entre si e os mais fortes; e aí se limita a política desses embriões de sociedade que se perpetuam desde o início da espécie humana neste estado tão imperfeito, sem ter jamais podido fazer melhor. Pode-se objetar que essas hordas miseráveis formam apenas uma pequena parte da população do globo; sem dúvida, mas é preciso considerar todas as assemelhadas que existiram e desapareceram. Seu número é incalculável, e compõe certamente a grande maioria das raças puras nas variedades amarela e negra.²⁸

Segundo Gobineau, por si sós as raças amarelas e negras estariam condenadas à bestialidade eterna. A “variedade negra”, conforme a “lei natural”, pertenceria a “essas tribos humanas que não são aptas a se civilizar [porque] nutrem o mais profundo horror por todas as outras raças”; “sua suprema alegria é a preguiça, sua suprema razão é o assassinato”. No entanto o sangue europeu poderia modificar a natureza africana pelo mestiçamento. Assim, os mulatos, menos limitados e mais abertos à criatividade, “poderiam, fundidos com uma massa branca e com bons modelos constantemente sob os olhos, tornar-se em outros locais cidadãos úteis”. O europeu não poderia civilizar o negro, “e não consegue transmitir ao mulato senão um fragmento das suas aptidões”.²⁹

²⁸ Gobineau, *Essais...*, p. 164.

²⁹ Ibidem, p. 186 e 312. Em um artigo intitulado “L’émigration au Brésil”, publicado em 1873, Gobineau decretou que, devido ao caráter mestiço da nossa população, estaríamos fadados a desaparecer, “até o último homem”, precisamente duzentos e setenta anos

Entretanto Gobineau admite que possam existir indivíduos negros mais bem dotados que a média dos camponeses e até mesmo que certos burgueses europeus. Insiste que sua tese não se situa “no terreno estreito das individualidades”, indigno de uma argumentação científica, centrada no estudo dos grupos. Mas volta a insistir, citando um certo Franklin, que o negro enquanto grupo “é um animal que come o máximo possível e trabalha o mínimo possível”.³⁰ Os “negros” do Pacífico Sul, assimilados aos africanos, comporiam assim o último grau da escala humana: dotados de um desejo de intensidade terrível, atraídos pelos sabores e odores mais repugnantes (não haveria “carcaça repugnante” que ele considerasse indigna), dotados de um humor instável, onde se misturariam indiferentemente virtudes e vícios, pouca importância dando à vida dos outros, mataria por matar e, diante do sentimento humano, seria covarde e impassível.³¹ Os povos pré-colombianos, apesar das “semicivilizações” criadas por astecas e incas, estariam na mesma situação e mesmo aqueles que conseguiram elevar-se a um nível um pouco superior constituiriam prova contundente da própria inferioridade. Gobineau toma como exemplo as tentativas dos missionários jesuítas no Paraguai de “civilizar” os guaranis. Segundo sua versão da história, os guaranis (relativamente mais inteligentes e um pouco menos ferozes que os seus vizinhos) foram extraídos da sua vida de bárbaros, que corresponderia à infância da humanidade, mas, uma vez que os jesuítas deixaram o país, teriam recuperado imediatamente “o gosto da vida selvagem”.³²

Segundo a classificação adotada pelo *Ensaio*, a raça amarela estaria em um grau intermediário entre a branca e a negra. As mais baixas hordas asiáticas estariam, entretanto, no mesmo nível das “tribos negras” correspondentes, todas igualmente incapazes de “melhorar a

depois, porque “os mulatos de distintos matizes não se reproduzem além de um número limitado de gerações”. Reproduzido como anexo em Georges Raeders, *O conde de Gobineau no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996, pp. 83-87.

³⁰ Ibidem, p. 313.

³¹ Ibidem, p. 340.

³² Ibidem, p. 189. A infantilização, bem como a animalização das “raças inferiores” era recurso usado pela quase totalidade dos intelectuais do período. O saint-simoniano Victor Schoelcher, por exemplo, autor do decreto de abolição da escravidão nas colônias francesas em 1848, referiu-se neste documento aos africanos como sendo uma “raça de crianças”. Cf. Boissel, in Gobineau, *Oeuvres*, p. 1240. Voltarei ao tema mais adiante.

própria sorte”, sendo os indivíduos de “sangue mongol” considerados por Gobineau “ordinariamente feios e repugnantes”. Mas, como característica geral, a raça amarela seria a antítese da negra: seu crânio, em vez de ser achatado para trás, projetar-se-ia para a frente; seria dotada de pouco vigor físico, com disposições para a apatia. Em termos morais, os orientais nunca praticariam excessos, pois seriam dotados de desejos fracos. Em tudo manifestariam tendência à mediocridade: “Os amarelos são pessoas práticas no sentido estreito da palavra (...) Vê-se que eles são superiores aos negros. É uma população e uma pequena burguesia que todo civilizador gostaria de ter como base de sua sociedade; mas não são entretanto capazes de criar esta sociedade, nem lhe atribuir nervo, beleza e ação”.³³

Para justificar a posição privilegiada da raça branca, Gobineau usou a metáfora da tecelagem: os negros e os amarelos seriam o fundo grosseiro, o algodão e a lã; os caucasianos, particularmente os arianos, seriam os “arabescos de ouro e prata”. Com efeito, no florilégio gobiniano, os brancos seriam dotados de inteligência enérgica, do senso do útil, mas em um sentido mais largo, mais corajoso e ideal que entre os amarelos. Seriam mais perseverantes, dotados de maior potência física, um extraordinário instinto da ordem e, ao mesmo tempo, teriam “um pronunciado gosto pela liberdade”. Distinguir-se-iam ainda por “um singular amor pela vida” e um excepcional sentimento de honra, o qual incluiria uma “noção civilizadora” desconhecida entre os amarelos e negros. Esta “imensa superioridade” dos brancos no domínio da inteligência e da moral seria, entretanto, acompanhada por uma inferioridade não menos pronunciada no domínio das sensações. O branco seria, assim, menos sensual que o homem de cor, menos dado aos pendores artísticos e “menos absorvido pela ação corporal, embora sua estrutura seja extraordinariamente mais vigorosa”. Segundo a lição que Gobineau tira da sua versão da história, das multidões de nações existentes sobre a face da Terra, “apenas dez se elevaram ao estado de sociedades completas” e, em todas elas, os “elementos de vida” teriam sido introduzidos pela raça branca e os “elementos de morte” provenientes “das raças anexadas pelos civilizadores” ou das desordens introduzidas pelas misturas de sangue.³⁴

³³ Ibidem, pp. 219, 264 e 341.

³⁴ Ibidem, pp. 341, 342 e 345.

Contudo, se Gobineau era pessimista e fatalista demais para construir claramente uma linha política, como salientou Boissel, não deixou de conceber uma teoria elitista da história que influenciou por gerações o comportamento político de toda uma forte corrente de opinião extremista, cínica e decidida. Porém, justiça seja feita, Gobineau não era anti-semita, como alardeou a propaganda nazista e, do ponto de vista político, paradoxalmente, foi um moderado. Em várias passagens do seu livro, rejeitou os governos que baseavam-se apenas na conquista militar e aqueles que permitiram o desenvolvimento de um antagonismo entre o poder supremo e a massa da nação, e entre as diferentes classes (p. 159). Considerou que o abuso da força deveria ser encarado com “horror legítimo” e a “repugnância pela opressão” como “louvável”. No entanto, no poema “Amadis”, Gobineau, antecipando Nietzsche, execrou a exaltação dos pobres e considerou o Cristianismo uma religião que teria gerado uma moral de escravos vinda do instinto gregário que une a “massa dos brutos” contra os filhos do Rei. O “reino da multidão” e o apego aos valores materiais teriam substituído a honra, a liberdade e o amor característicos de uma cavalaria medieval, é bom que se diga, bem idealizada. A moral dos dominadores nada teria a ver com as regras ordinárias da vida, os escrúpulos deveriam ser deixados à plebe dos subordinados. Porém há entre Nietzsche e Gobineau uma diferença capital: a hierarquia social naturalizada, introduzida por este último, integra uma regra paternalista de moderação: o aristocrata dominador protegeria seus subordinados não por demagogia, mas por uma benevolência inata: “aquele que tem sangue foi criado para zelar pelo pequeno mundo”.³⁵

Um outro ponto a ser salientado no texto de Gobineau é sua crítica do “assimilacionismo” ou colonização *à la française*. Gobineau foi um inimigo da colonização, não por razões humanitárias, como salientou Boissel, mas por uma suposta incomunicabilidade entre as culturas.

³⁵ Ibidem, pp. 159 e 173-174. A comparação entre Nietzsche e Gobineau encontra-se na “Introduction” às *Oeuvres* de Gobineau, por Jean Gaulmier, pp. XXXVI-XXXVII. Nietzsche desenvolveu sua tese do Cristianismo como sendo o fundamento da moral do rebanho, em oposição à moral dos senhores, baseada na força e na potência, em *A genealogia da moral*, tradução francesa, *La généalogie de la morale*, Paris, Gallimard, 1964. Mas lembremos que Machiavelli, desde o século XVI, havia estabelecido uma ruptura entre a moral do Príncipe e a moral do homem comum.

Devido às “provas mais impressionantes, mais concludentes da dessemelhança e da desigualdade das raças entre elas”, as tentativas de “civilizar” os povos colonizados seriam perfeitamente vãs. Gobineau exaltou a intolerância da civilização européia, considerou-a uma consequência do seu valor e de sua força, elogiou o “desprezo quase igual” com que os ocidentais trataram os “bárbaros” e as demais civilizações, “exigindo dos povos uma completa transformação”. Mas os exemplos do Oriente e da África teriam demonstrado “que as nações mais esclarecidas não conseguem dar aos povos conquistados instituições antipáticas à sua natureza”. Dado o irreconciliável antagonismo entre as raças, os contatos de culturas estranhas sempre seriam superficiais e os povos submetidos, a exemplo dos guaranis, sempre abandonariam a cultura superior, quando a “raça dominadora” desaparecesse, guardando apenas aquele pouco que pudessem compreender (uma escandalosa caricatura da resistência cultural dos povos oprimidos). A condenação conservadora da colonização, tal como formulada por Gobineau, foi retomada por vários outros pensadores racistas e terminou dando origem às políticas de *apartheid*, sociedades separadas para raças desigualmente evoluídas, no mundo construído pelos colonizadores europeus.³⁶

Os primeiros ensaios da antropologia física e a politização da teoria científica

Com a fundação das escolas de antropologia, os estudos nessa disciplina foram tremendamente incrementados, com especial destaque para o estudo dos povos “selvagens” ou “primitivos”, considerados então nossos antepassados contemporâneos, “a pré-história viva”. Na França, uma das figuras mais destacadas no mundo científico de meados do século foi o Dr. Paul Broca. Médico, escritor, professor, homem de laboratório, Broca era um republicano próximo ao grupo dirigido por Léon Gambetta, um dos maiores líderes da Terceira República. Portanto ad-

³⁶ As citações deste parágrafo estão na p. 305. Cf. também o capítulo XIV, que continua a demonstração sobre a “desigualdade intelectual das raças”, pp. 301-314. Ver também p. 182. Sobre Gobineau e o *Essai*, também foram consultados Liauzu, *Race et Civilisation*, pp. 226-231, Ruscio, *Le credo de l'homme blanc*, p. 30, e Jean-Paul Thomas, *Les fondements de l'eugénisme*, Paris, P.U.F, 1995, pp. 20-29.

versário político do monarquista Gobineau. Broca foi um dos mais importantes protagonistas do processo de constituição da ciência, um dos criadores da antropologia positivista, fundador da *Société d'Anthropologie* (1859) e da *Revue d'Anthropologie* (1871), grande especialista em tumores cancerosos e um dos fundadores das neurociências. Editou os primeiros dicionários da disciplina antropológica, criou aparelhos para a observação e registro de perfis cranianos, formou uma legião de alunos importantes que continuaram sua obra e foi um dos principais responsáveis pela hegemonia intelectual da antropologia física no século XIX. Na década de 1860, conduziu uma série de pesquisas, reunindo uma impressionante coleção de moldes cerebrais, a qual foi transferida em seguida para o Laboratório de Antropologia, passando a compor seu suporte experimental.³⁷

A “Escola de Broca” traçou os contornos da ciência antropológica e de suas diversas disciplinas enquanto estudo da espécie humana no seu conjunto, em todos os seus detalhes, suas variações e suas diferenças em relação a outros grupos zoológicos. Seu objetivo metodológico imediato era, como ordenava a moda acadêmica dominante, classificatório. Classificar os diversos tipos humanos, suas migrações, miscigenações, suas histórias, línguas, seus monumentos e suas tradições, as religiões com suas éticas correspondentes, esta era a gigantesca tarefa que esses abnegados ousaram enfrentar. Todos eles naturalmente faziam solene profissão de fé na objetividade da ciência, na valorização da “fria voz dos fatos”, no desinteresse do cientista. Mas na construção deste imenso continente — o Homem — como objeto científico, o aspecto fisiológico terminou se impondo sobre os demais aspectos, sociais e culturais, pelas facilidades que oferecia à quantificação. E no aspecto fisiológico predominou a craniologia, da qual se pretendeu fazer uma ciência exata, traçando-se mapas cerebrais e determinando-se relações mecânicas entre

³⁷ Cf. Pierre Darmon, *Médicos e assassinos na belle époque*, Rio, Paz e Terra, 1991, p. 29; Claude Blanckaert, “Paul Broca: des chiffres et des crânes”, *L'Histoire*, 214 (1997), p. 40; Frank Spencer, “Some notes on the attempt to apply photography to anthropometry during the second half of the nineteenth century” in Elisabeth Edwards (org.), *Anthropology and Photography 1860-1920*, New Haven/London, Yale University Press/The Royal Anthropological Institute, 1992, pp. 99-107 (na p. 105, há uma reprodução do estereógrafo de Broca).

formas e funções, no rastro de Camper e Gall. A craniologia, na hierarquia das ciências, passou a ser o saber supremo. Mas toda essa trabalhadeira tinha como objetivo último legitimar uma hierarquia racial. Os europeus e seus prolongamentos norte-americanos estavam se preparando para o grande salto. O cérebro era a sede do maior de todos os poderes humanos, o intelecto; quem o conhecesse, controlaria o mundo. Retomemos raciocínio do próprio Broca, em um texto de 1861: “A alta importância da craniologia afetou tanto os antropólogos que muitos deles negligenciaram as outras partes da nossa ciência para se dedicarem quase que exclusivamente ao estudo dos crânios. Esta preferência é, sem dúvida, legítima, mas não existiria (...) se não se esperasse encontrar nela alguns dados relativos ao valor intelectual das diversas raças humanas”. Broca introduziu então a seguinte ordenação do gênero humano: “Em média a massa do encéfalo é mais considerável no adulto que no velho, no homem que na mulher, nos homens eminentes que nos homens medíocres e nas raças superiores que nas raças inferiores”.³⁸

Quer dizer, um dos objetivos de Broca era utilizar os métodos da ciência para definir quem deveria assumir o comando das operações a nível local e global. A Autoridade que, segundo a tradição aristocrática, era baseada na idéia de Deus como Senhor, estava em declínio e precisava de refundação. A função do discurso científico, nesse caso, era legitimar, com a força simbólica da ciência, o lugar dominante do homem branco, o lugar subordinado da mulher, do operário, do camponês e do nativo dos outros continentes. A Escola de Broca tentou então provar, através de medições, gráficos e estatísticas que utilizavam um aparelhamento muito sofisticado para a época, que existia uma relação privilegiada entre o nível da inteligência e o volume do cérebro, que este volume era desigualmente distribuído entre os sexos, entre as raças, e associado a aspectos exteriores do corpo como cor da pele e qualidade dos cabelos:

Assim a obliquidade e a saliência da face, constituindo o que se chama de *prognatismo*, a cor mais ou menos negra da pele, o estado lanoso da cabeleira e a inferioridade intelectual e social

³⁸ Apud Claude Liauzu, *Race et civilisation*, pp. 93-94.

são freqüentemente associados, enquanto que a pele mais ou menos branca, uma cabeleira lisa e um rosto *ortognata* são apanágio mais comum dos povos mais elevados na série humana.³⁹

Deixando de lado o caráter impressionista de expressões como “freqüentemente”, “mais ou menos” ou “mais comum”, o importante a ser assinalado aqui é que, na verdade, as diferenças raciais serviram de objeto da experimentação em prestigiosas instituições científicas com objetivos geopolíticos previamente fixados. Não foi a craniologia que estabeleceu a superioridade de uns sobre outros, a superioridade de uns sobre outros é que foi previamente considerada um dado objetivo; cabia à ciência craniológica apenas dar o seu aval. Este *parti pris*, aliás, é explicitado pelo próprio Broca: “Assim, a superioridade dos europeus em relação aos negros da África, aos índios da América, aos hotentotes, aos australianos e aos negros oceanianos é bastante segura para servir de ponto de partida para a comparação dos cérebros”.⁴⁰

Algumas vezes encontramos justificativas epistemológicas para o racismo científico, ou desculpas para sábios racistas baseadas no argumento de que havia um intransponível “horizonte intelectual da época”. Ora, a manutenção dos equívocos da Escola de Broca não se deu por falta de advertência. Podemos encontrar alguns exemplos de cientistas na própria Escola de Antropologia parisiense, como Léonce Manouvrier que publicou, em 1899, um artigo intitulado “*L’indice céphalique de la pseudo-sociologie*” (O índice encefálico da pseudo-sociologia), o qual demonstrou a ausência de fundamentos de uma ciência social intimamente associada à biologia. Por sua vez, Armand de Quatrefages, professor do Museu de História Natural, colega de Broca, cofundador da Escola de Antropologia, na sua obra *L’espèce humaine*, havia, desde 1861, desmantelado completamente a craniologia, demonstrando que ela cometia “graves erros” de avaliação e era “absolutamente arbitrária”. “Na realidade — escreveu — a superioridade entre grupos humanos acusa-se essencialmente pelo desenvolvimento intelectual e social; ela passa de um grupo para o outro. Todos os europeus eram

³⁹ O texto é de 1866. Citado por Liauzu, *Race et civilisation*, p. 96.

⁴⁰ Liauzu, *ibidem*.

verdadeiros selvagens quando os chineses e os egípcios já eram civilizados”. Pouco importava, a maré estava favorecendo a Escola de Broca. O próprio Quatrefages o reconheceu: “Eu sei que me afasto das opiniões geralmente admitidas e me coloco em contradição com homens cujos trabalhos estimo em um grau o mais elevado”. Mas as “opiniões” eram muito mais admitidas do que ele imaginava: daquele momento em diante, e até a Segunda Guerra Mundial, o racismo e a intolerância não cessariam de provocar grandes entusiasmos, inclusive nos mais eminentes espíritos.⁴¹

O fato é que o pragmatismo político foi ganhando cada vez mais espaço dentro da reflexão científica, tornando-se os objetivos manipulatórios cada vez mais explícitos, a ponto de justificar a própria existência de certas disciplinas. Na Inglaterra, com o declínio da ideologia liberal, começaram a surgir cada vez mais freqüentemente, no seio da antropologia evolucionista, reflexões sobre as razões e as virtudes do expansionismo territorial. Sir John Lubbock, aliás Lord Avebury, um dos homens mais influentes da Inglaterra do seu tempo, membro da Câmara dos Lordes e da *Royal Society* — na época a associação de cientistas mais renomada do mundo —, justificando seu empenho em escrever o livro *The origin of civilization and the primitive condition of man*, publicado em 1870, afirmou que os estudos etnológicos, além do interesse puramente intelectual, tinham uma utilidade imediata “para um império como o nosso”, permitindo também a criação de uma sólida base para a ação das “raças mais fortes e progressivas” sobre as “mais débeis e inferiores”. Nesta passagem, Lubbock, a propósito, cita e aplaude um certo Hunter, administrador colonial que escreveu um livro intitulado *Non-aryan languages of India*:

⁴¹ Cf. Taguieff, *La force du préjugé*, p. 556; e Liauzu, *Race et civilisation*, p. 99. Outro crítico de Paul Broca foi o judeu francês Salomon Reinach, arqueólogo, filólogo, historiador da literatura, da religião e da arte. Reinach publicou, em 1892, um livro intitulado *L'origine des aryens (Histoire d'une controverse)* onde denunciou o “diletantismo científico” dos teóricos racistas (cf. Peter Gay, *O cultivo do ódio*, pp. 98-99 e 545). Aproveito a oportunidade para registrar também a postura dos antropólogos Robert Hartmann, alemão, e Gabriel de Mortillet, francês, os quais, nas décadas de 1870 e 80, denunciaram as lamentáveis caricaturas dos negros produzidas por “entusiasmados mas pouco instruídos viajantes” e as “tolices” a respeito dos arianos nascidas “numa cela de acadêmico” (Gay, *O cultivo de ódio*, p. 98).

Estudamos a população do baixo país como jamais nenhum conquistador estudou nem compreendeu uma raça submetida. Sua história, seus hábitos, suas necessidades, conhecemos até suas fraquezas e seus preconceitos, que nos proporcionam uma base para as induções políticas, as quais, com os números da previsão administrativa e reformas oportunas, antecipam-se aos movimentos populares.⁴²

Uma história real demonstra que, quando as potências européias engajaram-se no caminho da agressão aberta, a pretensão à objetividade era, em momentos decisivos, convenientemente subordinada à desejada imagem de potência e às grandes opções de estratégia política. Em 1882, quando Léon Gambetta morreu, seu cérebro foi doado à Sociedade da Autópsia. A Sociedade tinha sido fundada, alguns anos antes, em Paris, por um grupo de antropólogos eminentes, com o objetivo de, segundo os termos do seu estatuto, “facilitar sobretudo o estudo do cérebro, considerado como órgão da função intelectual”. Naquela época, os cientistas acreditavam que a análise de cérebros e crânios de homens ilustres levariam a imensos progressos no estudo das funções cerebrais, donde as campanhas para que homens célebres, ao falecer, doassem seus cérebros para maior glória do Ocidente. Quando o cérebro de Gambetta foi colocado na balança, o mal-estar foi geral: ele pesava 190 gramas menos que o cérebro de um parisiense médio, tinha quase a metade do peso do cérebro de Cuvier ou do de Cromwell. O historiador Pierre Darmon, de quem tomo emprestada esta história, escreveu que, “em resumo, o cérebro de Gambetta não pesava mais do que o cérebro de um pigmeu e, para salvar a honra da nação, tornava-se urgente demonstrar que fatores intercorrentes haviam alterado a verdade”. O grupo de doutores encarregados de “restabelecer a verdade” ficou tão constrangido que, durante mais de três anos, o caso foi mantido sob o mais rigoroso sigilo, como se fôra um verdadeiro segredo de Estado.

Porém a doutrina da superioridade da raça branca estava ficando extremamente multifacetada e sendo permanentemente enriquecida

⁴² John Lubbock, tradução argentina, *Los orígenes de la Civilización y la condición primitiva del hombre — Estado intelectual y social de los salvajes*, Buenos Aires, Albatros, 1943, pp.1-3.

devido ao surgimento de novas disciplinas e aos estudos os mais variados. Foi o caso, por exemplo, da “antropologia descritiva”, também chamada de etnologia ou, naquele período de imprecisão terminológica, de sociologia. Alguns alunos do professor Broca, politicamente situados à sua esquerda, como Charles Letourneau e Abel Hovelacque, brilharam nesta disciplina, tornando-se eles próprios intelectuais influentes. Letourneau chegou a ser professor da Escola de Antropologia e secretário geral da *Société d'Anthropologie*, tornando-se referência obrigatória para quem atuasse na área. O antropólogo, aliás, pela própria natureza dos seus estudos, tornara-se um especialista em geopolítica, embora o termo ainda não tivesse sido inventado. No seu livro *L'évolution politique dans les diverses races humaines*, publicado em 1890, Letourneau começou o Prefácio articulando o estudo das raças “pré-históricas vivas” à conjuntura mundial. “Pré-históricas”, já sabemos, eram quase todas as demais. Afirmou então que toda “sociologia séria” deveria começar pelo estudo dessas numerosas raças e alinhou-se com aqueles que defendiam a possibilidade do seu aperfeiçoamento, em nome da “lei de evolução” que regeria todas as sociedades humanas, sem exceção. Letourneau sustentou que os cientistas (“a porção mais esclarecida da humanidade”) deveriam estabelecer uma “visão de conjunto” sobre as sociedades ocidentais e as demais, com o objetivo de mostrar os equívocos cometidos anteriormente e promover o progresso político de toda a humanidade. Esta visão, se divulgada e “deixada fora de qualquer contestação, colocará um termo às convulsões e aos tormentos políticos que sofrem as mais civilizadas das nações modernas”.⁴³ O estudo dos “primitivos”, na antropologia descritiva de Letourneau, era, portanto, parte de um projeto de saneamento político, ou ainda de uma estratégia autoritária de transformação social global, sob a direção do cientista social. Enquanto republicano radical, enquanto militante socialista que participou da Comuna de Paris, Letourneau associava indissoluvelmente a democratização das sociedades “primitivas” à instauração da justiça social na Europa. Mas elevava-se inquisitorialmente acima de “qualquer contestação” e avalizava, ingenuamente, o “assimilacionismo” francês que previa a exportação das

⁴³ Charles Letourneau, *L'évolution politique dans les diverses races humaines*, Paris, Lecrosnier et Babé, 1890, pp. V-VIII.

instituições republicanas, por bem ou por mal, para os povos conquistados pela força, conforme o modelo revolucionário.

Letourneau abordou as “raças inferiores e superiores” na Segunda Parte do seu livro citado, fazendo a rotineira profissão de fé na objetividade científica e relativizando essa hierarquização, ao escrever que “as raças brancas gostam de intitular a si próprias de raças superiores”.⁴⁴ Mas, apesar desse cuidado, a imagem dos povos “pré-históricos” que ele veiculou foi tão desfavorável que poderia justificar qualquer prepotência. Tomemos, por exemplo, os africanos. No seu conjunto, eles aparecem no texto de Letourneau como raças supersticiosas, infantis, animalescas, despóticas, ignorantes e cruéis. A África tropical, que o autor intitula de “zona servil”, apresentaria “toda uma cadeia de Estados negros, mais ou menos grandes, mais ou menos povoados, porém sempre curvados sob o mesmo jugo aviltante”; ou, mais adiante, sob “o mais monótono e abjeto servilismo”.⁴⁵ Abusos de todo tipo, torturas engenhosas e ferozes, desapropriações e escravizações arbitrárias, decapitações gratuitas e execuções freqüentes, a opressão mais cínica temperada com banhos de sangue abundantes, essas seriam as características do exercício do poder na “zona servil”. Sem absolutamente nenhuma pesquisa de campo, partindo de informações de segunda mão provenientes de exploradores, missionários, militares e funcionários coloniais — naturalmente muito interessados em justificar a expansão ocidental —, Letourneau se contentou simplesmente em enriquecer o estereótipo divulgado, mais de um século e meio antes, por Lineu, segundo o qual o africano seria “regido pelo arbítrio”. Em um momento onde as informações sobre a África eram poucas e muito pouco confiáveis, onde os informantes europeus nem sequer sabiam falar as línguas locais, é realmente impressionante que um homem da sua sensibilidade não hesitasse em formular os julgamentos mais severos e mais globais, partindo de base tão escassa. Mas vamos em frente.

Se o africano, sob sua caneta, é uma lástima no exercício da política, não consegue melhorar nas demais atividades, nem tampouco obtém uma melhor nota nas suas características individuais e morais.

⁴⁴ Ibidem, p. 198.

⁴⁵ Ibidem, pp. 83-89.

Uma epígrafe colocada logo abaixo do seu nome na folha de rosto do seu livro *La psychologie ethnique*, dá o tom: “*Qu’est-ce donc l’homme primitif? Un civilisé en bas âge*” (Portanto, o que é o homem primitivo? Um civilizado de pouca idade). Letourneau não tinha dúvidas a esse respeito: “Temos o direito de afirmar que, salvo raras exceções, o negro conserva, durante toda sua vida, numerosos traços morais que caracterizam a infância”. Ele seria, segundo este ponto de vista, ávido, inseguro, mentiroso, imediatista, versátil e tonto: “Quase em toda parte o espírito dos negros permaneceu infantil. Mesmo os cafres, negros superiores, são, como diz um de seus amigos [sic], inacessíveis pelo raciocínio, incapazes de reflexão”. Ou, em outra passagem, “incapazes de abstração”. As próprias línguas africanas teriam um “caráter infantil”, e suas danças e festejos seriam “perniciosos e cínicos”.⁴⁶

A infantilização, como se sabe, é, por sua vez, sistematicamente acompanhada da animalização. O que não causa nenhuma surpresa, visto que os próprios dicionários, como o Larousse, publicado em 1876, escreveriam sob o verbete Antropologia: “Existem mais diferenças entre certas raças selvagens e certas raças civilizadas que entre essas raças selvagens e os antropóides”. Citando o explorador, grande intelectual e herói nacional britânico Richard Burton, que simpatizava com os árabes, mas detestava os africanos, Letourneau escreveu que “no país negro, logo que passa a primeira infância, o pai e o filho tornam-se hostis, exatamente como os animais”. A animalização, aliás, em Letourneau como nos demais antropólogos contemporâneos, estende-se a toda a cultura negra: “Em geral, a repetição rotineira e diária das mesmas práticas criou, entre os pretos selvagens, hábitos maquínicos, que adquiriram uma potência análoga à dos instintos animais. As idéias de progresso, mesmo a de uma simples mudança, são antipáticas aos africanos”.⁴⁷

Aqui tocamos o ponto central da grande polêmica em torno da capacidade dos “primitivos” em assimilarem o progresso e a modernização. No final do século passado, mesmo os ideólogos mais rabugentos, como Georges Vacher de Lapouge, admitiam que existiam entre as “ra-

⁴⁶ Letourneau, *La psychologie ethnique*, Paris, Schleicher Frères, s/ data [1901], pp. 114, 115.

⁴⁷ Ibidem, pp. 112 e 117, 118.

ças inferiores” menos retardadas alguns indivíduos melhor dotados e portanto cooptáveis. Letourneau, enquanto herdeiro do otimismo iluminista, tomou posição. Em todas as raças e povos “o elemento progressista só é representado por uma pequena minoria. Esta minoria, que é o fermento do devir e que batalha constantemente contra a rotina, é mais numerosa entre certos povos arianos”, mas ela existiria em todos os povos do mundo.⁴⁸ Nesta passagem temos a pirâmide racial de Letourneau, com a divisão da raça branca em três grandes ramos, a berbere, a semítica e a ariana. O ápice da humanidade, “sua flor”, seria “uma elite muito pouco numerosa da raça ariana”, onde poderíamos encontrar a “porção mais esclarecida da humanidade”, os cientistas ocidentais, que teriam a tarefa de educar uma humanidade educável.

Na Conclusão do capítulo V de *La psychologie ethnique*, intitulado “A mentalidade na África negra”, Letourneau escreveu que, apesar de todos os seus limites, o africano teria condições de ultrapassar este grau inferior, terminando, entretanto, com uma reflexão pessimista: “Mas será que eles terão a possibilidade de fazê-lo? Sobretudo o mercantilismo brutal das nações que se vangloriam de ser civilizadas, corrigir-se-á ele suficientemente para, diante dessas raças retardadas, inspirar essas nações a adotarem uma conduta realmente humanitária, um papel de tutoras benevolentes e pacientes? Infelizmente, há muitas razões para duvidar disso”.⁴⁹ Os “primitivos” não se desenvolveriam, segundo sua avaliação, não apenas por causa de deficiências fisiológicas inatas, mas também por causa da exploração e do caráter aético do capitalismo, que estariam retardando o processo de “assimilação”. O exemplo de Letourneau demonstra, portanto, que, mesmo democratas, republicanos e a oposição de esquerda nos meios científicos, apesar de criticarem a opressão colonial e o lado vampiresco da economia capitalista, permaneciam eurocentristas e racistas, assumindo posturas autoritárias e veiculando teorias dogmáticas que justificavam o aniquilamento político e o genocídio cultural das etnias extra-européias.

Abel Hovelacque conseguiu ser um personagem ainda mais contra-

⁴⁸ Letourneau, *L'évolution juridique dans les diverses races humaines*, Paris, Lecrosnier et Babé Libraires-Éditeurs, 1891, p. 198.

⁴⁹ Letourneau, *La Psychologie ethnique*, p. 128.

ditório que Letourneau. Republicano radical, anticlerical, fortemente influenciado pelo anarquismo, chegou a ser deputado e presidente do Conselho Municipal de Paris. Hoje, batiza uma rua parisiense onde se encontram várias editoras importantes. Continuador da tradição cientista jacobina, associava a crítica radical do *status quo* ao desprezo pelas tradições populares e extra-européias, considerando, entretanto, que o objetivo da civilização seria a igualdade social. Em seu livro *Les débuts de l'humanité — L'homme primitif contemporain*, publicado em 1881, manteve uma crítica cerrada às classes dirigentes, ao capitalismo e à administração pública, que ele intitulou de “a grande confraria parasita da administração francesa”. Criticou com a máxima virulência o papel histórico desempenhado por todas as religiões, viu a intervenção do Ocidente no mundo como “uma devastação”, negou a esta ação qualquer efeito civilizatório, este papel cabendo exclusivamente às “ciências antropológicas” ou à “etnografia”. Apesar disso, Hovelacque considerou que os “povos civilizados” tinham um regime social superior, consubstanciado nas ciências e nas belas artes, porém mantinham eles próprios perniciosas “sobrevivências” do passado como a autoridade divina, o sacerdócio, o militarismo, a aristocracia, a desigualdade social, a condição inferior da mulher e o desprezo pelas liberdades individuais: “*Sobrevivências* das quais o desenvolvimento das ciências antropológicas é convocado a nos liberar”. Seriam justamente estes resíduos arcaicos existentes na sociedade moderna que, segundo Hovelacque, a aproximariam das práticas do “estado selvagem” e da *performance* das “raças inferiores”.⁵⁰

Ora, apesar da sua postura francamente progressista e libertária em certos aspectos, Hovelacque conseguiu ser um racista dos mais intransigentes, reconduzindo o paradoxo incômodo: a crítica radical da hegemonia política do Ocidente convivendo com uma entusiástica hierarquização das raças. Pois ele repetiu todos os chavões sobre a animalidade, a infantilidade, a superstição, a crueldade, a promiscuidade do “primitivo”, sem absolutamente nenhum espírito crítico. Muito pelo contrário, generalizou irresponsavelmente as graves acusações habituais, assumindo a mesmíssima postura ditatorial: “A inconsistência de cará-

⁵⁰ Abel Hovelacque, *Les débuts de l'humanité - L'homme primitif contemporain*, Paris, Octave Doin, 1881, pp. 261 e 314.

ter e a instabilidade nas idéias é o lote comum a todos os povos primitivos e não têm necessidade de ser demonstradas”. A propósito da polêmica sobre a possível civilização das diversas raças humanas, ele foi mais inflexível com as “raças inferiores” que o próprio Gobineau, chegando a afirmar que na África, na América e em todas as partes do globo não havia “evidentemente jamais” alguma possibilidade de criação de uma civilização avançada, os africanos estando em “uma juventude que se perpetua indefinidamente”. Hovelacque chegou a abandonar completamente seu afiado senso crítico e qualquer prudência metodológica ao repetir os maiores absurdos, só porque escritos por colegas célebres como Darwin, Broca, Haeckel ou Topinard; como, por exemplo, que o grande artelho (o famoso dedão do pé), em indivíduos de certas etnias africanas, asiáticas e pré-colombianas, seria bem destacado e bem móvel, como o dos macacos, justamente porque os “selvagens” não tinham ainda adquirido a posição vertical perfeita e seus pés ainda eram adaptados principalmente à atividade de subir em árvores!⁵¹

O exemplo de Hovelacque confirma, portanto, que, no mundo da ciência em processo de constituição, as posições politicamente mais radicais podiam conviver tranqüilamente com o racismo mais intransigente. Confirma também que havia em formação, na nascente comunidade científica, uma consciência de tipo corporativista, a qual elegia as disciplinas científicas como território privilegiado dos estudos geopolíticos e das grandes elaborações estratégicas; que havia em todas essas reflexões um propósito, menos ou mais consciente, de aniquilar a identidade dos povos extra-europeus, ao transferir o terreno das decisões de política cultural para os anfiteatros, gabinetes e laboratórios da Europa.

Os selvagens e seus parentes, as massas urbanas

Porém outro ponto que deve ser salientado aqui é que no discurso erudito, pelo menos desde Boulainvilliers, a própria raça branca começou a ser subdividida e hierarquizada, com suas camadas consideradas mais baixas, os camponeses e a plebe urbana assimilados aos “selvagens”. Salientemos que o discurso inverso também marcou presença, isto é, as

⁵¹ Ibidem, pp. 304, 310, 311 e 247-251.

camadas superiores das populações dos países exóticos passaram, eventualmente, a ser assimiladas à raça branca. O alemão Meiners, por exemplo, no seu *Grundriss der Geschichte der Menschheit* (Fundamentos de história da humanidade), publicado em 1785, pretendeu que as castas superiores da Índia eram de raça caucasiana, aparentadas aos armênios, persas, árabes, aos eslavos da Europa e a numerosos grupos alemães. Reinvertendo o discurso, outro alemão, Gustav Klemm, ativo a partir da década de 1840, ao dividir a humanidade em raças “ativas” e “passivas” (ou “femininas”), colocou entre estas últimas não apenas os orientais, africanos e indianos, mas também os finlandeses e as camadas inferiores da sociedade européia.⁵² O discurso racista, desde então, tendeu cada vez mais a confundir-se com o discurso classista. Bronislaw Geremek assinalou algo que deve ser considerado também: na Europa, a partir do final do século XVI, nos quadros da civilização urbana ascendente, a tradicional visão condescendente da Idade Média sobre o pobre, as exigências de tolerância e misericórdia, foram sendo paulatinamente substituídas pela idéia de “praga social”, pela assimilação apressada entre mendicância e delinquência, pela cobrança de medidas repressivas contra a vagabundagem e o ócio, muitas vezes pelo alerta contra os perigos de tal fenómeno para a ordem pública. Foi exatamente neste período que começou, na Península Ibérica, a política de “limpeza de sangue”, ou seja, um processo de legalização da discriminação pelo qual a aristocracia e a burguesia enriquecida e socialmente aristocratizada, aliadas às populações plebéias de raça branca, criaram barreiras civis, militares, económicas e religiosas para as comunidades árabes, judias e para os africanos e seus descendentes. Durante o século XVIII já estava sedimentada, tanto nos meios aristocráticos como burgueses, uma ideologia discriminatória que tendia a qualificar indiferentemente os moradores pobres das grandes cidades, a “população dos cortiços”, como como uma “turba” inconfiável, composta de bandos de rufiões, prostitutas e ladrões, sempre prontos para o deboche, o saque e o tumulto.⁵³

⁵² Cf Lowie, *Histoire de l'ethnologie classique*, pp. 13 e 20.

⁵³ Bronislaw Geremek, *Os filhos de caim, vagabundos e miseráveis na literatura européia — 1400-1700*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, pp. 21-35. Cf. também George Rudé, *A multidão na história — Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra — 1730-1848*, Rio de Janeiro, Campus, 1991, p. 214.

Entrementes, no discurso da antropologia evolucionista, particularmente em autores britânicos como Frazer e Tylor, os já tradicionais temas do arcaísmo, da superstição e do caráter perigoso dos pobres da Europa foram ganhando dignidade de objeto de ciência, tornando-se essas populações parte da reflexão antropológica desses autores. Edward Burnett Tylor, primeiro professor de antropologia de Oxford, diretor do *Royal Anthropological Institute*, foi dono de uma consistente reputação internacional, seus livros tendo sido rapidamente traduzidos em várias línguas. O mais importante deles, o já citado *Primitive culture* (primeira edição, 1871), procurou demonstrar que havia numerosas “sobrevivências” do “animismo” e do “barbarismo” na linguagem moderna, bem como na educação, na moral, nas leis e na conduta humana contemporâneas. Sir James George Frazer, o mais festejado antropólogo britânico em um século repleto de antropólogos britânicos festejados, no prefácio à segunda edição (1900) do seu também famoso livro *The golden bough* (O ramo de ouro, primeira edição, 1890), alertava que a sociedade moderna era construída sobre frágeis fundamentos, sendo a crítica da elite intelectual “um poderoso instrumento de progresso”. Esses autores argumentavam que, por baixo da fina camada de civilização criada pelas elites brancas, encontrava-se um sedimento de “selvageria” e “primitivismo”, com o seu rol de arcaísmos, em que não só entravavam o desenvolvimento racional da humanidade como constituíam o que já tinha sido salientado por Gobineau, uma ameaça à própria civilização. Tylor afirmou que a diferença entre o camponês inglês e o “selvagem” africano “mal chegava a um palmo”. Frazer, por sua vez, escreveu que as “superstições populares”, professadas pelas “classes ignorantes da Europa moderna”, provavam a “existência permanente de uma camada tão espessa de barbárie sob a superfície da sociedade (...) a qual não pode ser vista senão como uma ameaça permanente à civilização”.⁵⁴ No mesmo período, o prestigioso Walter Bagehot — segundo a avaliação de Peter Gay, “brilhante homem de letras inglês”, ou “brilhante economista político, (...) ensaísta

⁵⁴ Edward B. Tylor, *Primitive Culture — Researches into the development of mythology, philosophy, religion, language, art and custom*, New York, Henry Holt and Company, 1888, vol. II, cap. XIX; James George Frazer, tradução francesa, *Le rameau d'or — Le roi magicien dans la société primitive — Tabou et les périls de l'âme*, Paris, Robert Laffont, 1981, p. 151.

político e editor do *The Economist*” — não podia ter sido mais explícito:

Para nos assegurarmos de que os instintos delicados vão sempre desaparecendo à medida que se desce na escala social, não é necessário viajar entre os selvagens, basta conversar com os ingleses da classe pobre, com nossos próprios domésticos; ficaremos bastante edificados! As classes ínfimas, nos países civilizados, como todas as classes nos países bárbaros, são evidentemente desprovidas da parte mais delicada daqueles sentimentos que designamos compassivamente com o nome de senso moral.⁵⁵

Encontramos tema idêntico em D. A. Wells, ilustre economista norte-americano. No seu livro *Recent economic changes*, lançado em Nova Iorque em 1889, ele chamou a atenção dos seus pares para a invasão “de um contingente de bárbaros internos (...) ameaçando inclusive a continuidade da própria civilização”.⁵⁶ Os “bárbaros internos” de Wells eram os socialistas, anarquistas e todas as tendências populares contestatárias, que assim eram designados pelos conservadores. Por isso o esquerdista Hovelacque criticou severamente este tipo de argumento, referindo-se explicitamente a Tylor e retrucando, como vimos, que a injustiça social, o militarismo, a condição inferior da mulher e o direito divino eram barbarismos, “sobrevivências” igualmente perniciosas e, enquanto tais, deveriam ser combatidas pelo espírito científico. Mas ele, no particular, remava contra a maré, pois sua posição, que já era minoritária, estava em declínio. Nas três últimas décadas do século, quando a idéia imperialista levou uma parte importante dos estudos científicos a reforçar, como veremos, justamente o militarismo, as manipulações religiosas e a injustiça social, o fato cientificamente mais significativo e politicamente mais massivo é que os “selvagens” de lá e de cá começaram a ser igualmente assimilados às crianças, às mulheres, aos marginais e aos animais. Eram considerados ora passivos e refratários ao progresso, ora “impuros”, irresponsáveis e perigosos. Deveriam portanto

⁵⁵ Sobre Bagehot, cf. Peter Gay, *O cultivo do ódio*, pp. 45, 53, 63, 97, 107, 244, 282 e 286. No entanto, a citação apresentada encontra-se em um texto de Scipio Sighele de 1897, “I criminali moderni e le due forme della delinquenza settaria”, in *C. Lombroso & Co. — Pensieri sulla corruzione*, Torino, Il Segnalibro, 1995, p.142.

⁵⁶ Apud Eric Hobsbawm, *A era dos impérios*, São Paulo, Paz e Terra, 1992, p. 59.

ser neutralizados. Ou aniquilados, caso fosse necessário. Afinal de contas o mundo, como uma mulher, apenas aguardava ser conquistado.⁵⁷

Os estudos científicos sobre as diferenças raciais e a assimilação entre “selvagens” e classes pobres também ganharam um grande impulso no final do século XIX como consequência do desenvolvimento de algumas disciplinas subsidiárias da antropologia física, particularmente a craniologia ou frenologia. Como vimos, nas primeiras décadas do século, Gall colocara algumas bases teóricas que seriam retomadas, em seguida, pela “Escola positiva do direito penal”, particularmente pelo seu representante mais brilhante e mais polêmico, o italiano Cesare Lombroso. Lombroso foi um personagem extremamente ativo num âmbito internacional, fundou revistas, cátedras, dirigiu instituições, durante algumas décadas exerceu uma influência imensa, inclusive no Brasil, onde, ainda hoje, é figura destacada nas bibliografias das escolas de formação de oficiais da Polícia Militar. Lombroso, politicamente, foi um progressista, foi anticlerical, partidário de uma reforma agrária radical e de uma reforma liberal do sistema penal. Em 1876, publicaria sua obra mais célebre, *L'uomo delinquente*, onde resumiu e atualizou uma grande quantidade de pesquisas realizadas sobre o tema na Europa, misturando ecleticamente influências, como as teorias de Gall, de Bénédict Morel, a craniologia de Broca, o darwinismo de Haeckel, o evolucionismo de Spencer e, *malgré lui*, o materialismo de Marx, para fundar uma nova disciplina científica, a criminologia.

O crime e o comportamento anti-social não foram considerados por Lombroso atividades deliberadas, voluntárias, mas fenômenos espontaneamente naturais, manifestando-se tanto no meio animal quanto no vegetal. Como os positivistas consideravam o livre arbítrio uma doce quimera, nos seres humanos as disposições amorais e homicidas viriam deterministicamente de estruturas psíquicas e físicas inatas, de mandíbulas

⁵⁷ A expressão é de Peter Gay, *O cultivo do ódio*, p. 501. Cf. também, no mesmo autor, seu comentário sobre a literatura feminina de autonegação: “A abolicionista, romancista e editora americana Lydia Maria Child deu à noção de que as mulheres eram infantis, à época de amplo curso, um sentido de analogia racial: ‘A comparação entre mulheres e a raça de cor é impressionante. Ambas são caracterizadas mais pelo afeto do que pelo intelecto; ambas têm um forte desenvolvimento do sentimento religioso; ambas são extremamente firmes em suas ligações; ambas, comparativamente falando’ — e este era o ponto crítico — ‘têm uma tendência à submissão’.” Ibidem, p. 309.

pesadas, fraca capacidade craniana, maxilares volumosos, rostos simiescos, anomalias no orifício occipital, nariz torto ou adunco, barba rara ou ausente, cabeleira abundante, fisionomia feminina no homem e viril na mulher, alta proporção de canhotos, etc., etc., herdadas de um passado animal obscuro. Os supostos instintos sanguinários dos homens das cavernas seriam decorrentes de seus organismos imperfeitos, de características morfológicas idênticas às dos macacos, de atavismos animais. O estudo sistemático dessas características constituía a base da antropologia criminal e da psicopatologia lombrosianas. Essa propensão ao crime e à ausência de moralidade prolongar-se-iam normalmente entre os povos “selvagens” ou “primitivos”, como manifestação corriqueira: homicídios por cólera ou vingança, canibalismo, fanatismo político e religioso, eliminação fria de velhos e doentes, todas essas aberrações recheariam, segundo Lombroso e consortes, a vida cotidiana das raças coloridas. Assim como os “selvagens”, os deficientes mentais europeus apresentariam, obrigatoriamente, assimetrias faciais, bocas deformadas, maçãs do rosto salientes e fisionomias cretinas. Essas características seriam encontradas igualmente nos criminosos “degenerados”, isto é, os criminosos-natos, e em populações ainda em um estágio primitivo, todos apresentando grande insensibilidade, vaidade excessiva, desprezo pela família, total desconhecimento das noções de bem e de mal, além de serem preguiçosos, debochados, imprevidentes, potrões e masturbadores compulsivos: “Na totalidade, quase todas as espécies de sensibilidade são embotadas nos criminosos, mesmo no criminoso ocasional, comparado ao homem normal (...) Sua insensibilidade física lembra muito a dos povos selvagens, que podem afrontar, nas iniciações da puberdade, torturas que um homem de raça branca nunca suportaria”. Às vezes, aldeias, regiões inteiras, quando não toda uma “raça criminalóide”, eram enquadradas na camisa-de-força do criminoso-nato. Assim, nessa categoria, teríamos a totalidade das populações de certas regiões rurais do sul da França e do centro da Itália, cujas características físicas as arrastariam inexoravelmente para funestas tendências.⁵⁸

Lombroso distingue, entretanto, o “criminoso-nato” do “criminalóide”. O primeiro seria o “degenerado”, ainda encontrado na Europa em vales remotos e em pequenas cidades do interior. À medida que nos

aproximássemos das grandes cidades, teríamos o criminalóide, com as mesmas características do homem comum, mente equilibrada, lúcida, o qual, todavia, usaria como armas a esperteza e a fraude. O criminalóide teria perdido “toda a crueldade, a dureza do homem primitivo (...) substituindo-as por aquela avidez, por aquele hábito de mentir que infelizmente vão se tornando um costume”.⁵⁹ O crime, desse ponto de vista, teria passado por um processo de “evolução” de fundo determinístico, tornando-se homogeneamente civilizado entre classes urbanas racialmente refinadas. Além do mais, segundo o rígido determinismo lombrosiano, os criminosos europeus nas suas associações adotariam mecanismos sociais tidos por primitivos, como o comando despótico e os códigos draconianos. É evidente que, em decorrência da forte ênfase autoritária do socialismo lombrosiano e do impressionismo científico dos teóricos da criminologia, a definição do que é “degenerado” terminou tornando-se muito elástica, incluindo não só delinquentes e criminosos, mas loucos (ainda que curados), cancerosos, leprosos, cardíacos, epiléticos, portadores de afecções pulmonares e renais, bem como vagabundos, “excêntricos”, “nômades” e “fetichistas eróticos”. Até mesmo a feiúra e a tatuagem tornaram-se fortes indícios de degenerescência. De derrapada em derrapada, chegou-se ao dissidente político, do qual o precursor Morel afirmara que tinha herdado dos seus antepassados disformes o fanatismo ou pelo menos o misticismo. Em sua obra *Gli anarchici* (Os anarquistas, 1895), apesar de citar anarquistas famosos como Bakunin e Malatesta e apoiar várias das suas reivindicações, Lombroso não examinou suas teorias políticas, não considerava esse tipo de discussão conveniente para a criminologia, terminando por superestimar as “anomalias orgânicas inatas” na determinação das suas práxis coletivas, tornando finalmente esses movimentos sociologicamente incompreensíveis e politicamente privados de sentido.⁶⁰

O grande debate que teve lugar na Itália nas duas últimas décadas

⁵⁸ Este resumo baseia-se em Darmon, *Médicos e assassinos*, pp. 76-77; a citação está na p. 49. Consultado também Peter Gay, *O cultivo do ódio*, pp. 161-164. E Letourneau, *L'évolution juridique* cap. XIX.

⁵⁹ Cesare Lombroso e Guglielmo Ferrero, “Sui recenti processi bancari di Roma e Parigi”, in *C. Lombroso & Co.*, pp. 45-53. Cf. também Cesare Lombroso, “Le piaghe d'Italia”, *ibidem*, pp. 55-60.

do século passado a respeito da corrupção de políticos e banqueiros, os crimes dos “barões ladrões” e dos que seriam chamados depois de “colarinhos brancos”, é muito ilustrativo a respeito do nosso tema. O principal adversário dos lombrosianos foi, naquela conjuntura, o escritor e deputado socialista, o siciliano Napoleone Colajanni. Colajanni foi fundador e diretor da *Rivista Popolare*, de onde conduziu uma reação contra o Positivismo desde o início da década de 1880. Assumiu então uma postura claramente anti-racista, chegando a escrever um livro para combater a propalada inferioridade dos povos do Mediterrâneo, *Latini e anglosassoni* (Latinos e anglo-saxões, segunda edição, 1906). Colajanni, ao desprezar temas recorrentes na literatura criminal considerados determinantes, como raça e clima, adotou uma postura moderna, realizando uma séria tentativa de análise histórico-estrutural, valorizando o “grau de cultura” e o ambiente sociopolítico, salientando o processo de modernização acelerada do país como pano de fundo sociológico e as graves deformações político-institucionais que favoreciam a corrupção e a impunidade.⁶¹

A tentativa mais articulada de resposta dos lombrosianos veio de Scipio Sighele, brilhante advogado, autor de um livro que marcou data, *La folla delinquente* (A multidão delinqüente, publicado em Turim em 1891). Como Lombroso e outros teóricos da escola positivista italiana, Sighele absorveu toda a argumentação sociopolítica defendida por Colajanni, tentando, porém, subordiná-la ou pelo menos integrá-la à argumentação racial que, no entanto, mantinha uma posição central no seu discurso. Sighele retomou argumentos de diversos autores — como o próprio Lombroso, o lombrosiano Ferrero e os ilustres desconhecidos Messedaglia e Maury, que já haviam discorrido sobre o crime, porém considerando-o individualmente — para fazer uma teoria do delito como fenômeno coletivo. Segundo a doutrina que então formulou, existiriam duas formas diferentes de criminalidade coletiva, uma das classes altas, outra das classes baixas. De um lado, teríamos os burgueses que, usan-

⁶⁰ Cf. Darmon, *Médicos e assassinos*. Sobre *Gli Anarchici*, cf. Ferrarotti, *Il pensiero sociologico da Auguste Comte a Max Horkheimer*, Verona, Arnoldo Mondadori, 1977, p. 127.

⁶¹ Napoleone Colajanni, “Corruzione politica” (1888); e “Banche e Parlamento” (1893), in *C. Lombroso & Co.*, pp. 37-44 e 61-96. A análise do contexto histórico e os dados biográficos de Colajanni encontram-se em Donatella Simon, na “Introduzione” ao livro *C. Lombroso & Co.*, pp. 3-33.

do o cérebro, a astúcia, a mentira e a fraude, roubariam o dinheiro público. Do outro, os pobres e os ignorantes que, com os músculos e meios ferozes, com suas manifestações violentas e conspirações de anarquistas, rebelar-se-iam contra a injustiça e a imoralidade vinda do alto. “A primeira destas duas formas de criminalidade — diagnosticou — é essencialmente *evolutiva* e moderna; a segunda é *atávica*, brutal, violenta”.⁶²

Sighele, como discípulo de Lombroso, não teve a menor preocupação em distinguir a desobediência civil dos explorados e oprimidos, ou o movimento organizado dos anarquistas, da criminalidade propriamente dita. No seu discurso, mobilização popular era simplesmente sinônimo de crime. Passemos. Entretanto, quando examinou as razões do fenômeno, ele concedeu que esses dois diferentes modos da ação criminosa deviam-se a “um obscuro complexo de causas”, chegando mesmo apocaliticamente a admitir que o “fim do regime burguês” estaria próximo, a crise da moralidade pública sendo o prenúncio de “uma catástrofe”. Mas quais seriam mesmo as causas dessas duas formas opostas de criminalidade coletiva? Sighele elenca três. A primeira foi considerada, naturalmente, o determinismo racial, mas vamos deixá-la para o fim, começando pela segunda: os dois tipos de criminalidade seriam patologias sociais decorrentes, de um lado, da decadência de um “organismo” social chegado à sua última fase e, do outro, do surgimento, também patológico (!), de um organismo jovem que crescia e avançava, tentando começar uma nova era. Quanto à terceira causa, que ele declarou a mais importante, temos que as duas formas de delinquência seriam decorrentes da “lei psicológica” segundo a qual o homem é mais forte quando luta para obter o seu prazer e realizar o seu ideal, do que quando tenta apenas preservá-los. As minorias em ascensão seriam portanto mais audazes e mais violentas que a classe superior em declínio. Essas duas “razões”, aliás pouquíssimo desenvolvidas por Sighele, são, como se vê, totalmente incongruentes e não resistem ao menor exame.

⁶² Scipio Sighele, “I criminali moderni”, p.138. Peter Gay alertou que, no que diz respeito à violência contra a mulher, as estatísticas provam que as “classes civilizadas” da era vitoriana eram muito mais violentas que as classes populares. Como sintoma, Jack, o Estripador, foi um homem educado, possivelmente refinado, e esta hipótese é corroborada pelas poucas evidências confiáveis que chegaram até nós. Cf. Gay, *O cultivo do ódio*, pp. 205-208.

A primeira razão, a racial, é que foi desenvolvida mais extensamente no seu texto, com mais cuidado e mais conhecimento de causa. Vamos a ela. Para Sighele, é “*cosa nota*” que toda sociedade, em dado momento histórico, resume, nas suas diversas gradações de classe, “as diversas fases da sua história psicológica e intelectual”. Para examinar o fenômeno da criminalidade e da corrupção na sociedade moderna, ele tomou como matriz lógica a “lei” embriológica de Haeckel, segundo a qual a ontogenia reproduz a filogenia, resumindo o embrião, com grande velocidade, a vida da espécie; deduz então que o estado atual das várias classes de um dado povo resume o caminho por ele percorrido na história. Assim, “as classes superiores representam por si sós aquilo que é realmente moderno, enquanto as classes inferiores ainda representam nos sentimentos e nos pensamentos um passado relativamente distante; e por isso é lógico e natural que as primeiras sejam modernas, evolutivas na sua criminalidade coletiva, e as segundas sejam ainda violentas, para não dizer absolutamente atávicas”. Teríamos assim uma “lei histórica” segundo a qual os elementos mais baixos e menos progressivos da sociedade, ao invés de desaparecer, “sobreviveriam” como fenômeno residual passível de involuções eventuais, os atavismos animais. Fica difícil compreender como este “fenômeno residual” pode, por outro lado, ser considerado como “um organismo jovem em crescimento”. Mas pouco importa; para defender posturas consagradas, a coerência às vezes é supérflua... Para Sighele, bastaria observar “os hábitos e as maneiras de um senhor, sempre corretas e gentis, e confrontá-las com as de um operário ou camponês, rudes, às vezes brutais, que não conhecem a sapiente hipocrisia dos bons costumes, para compreender qual será (...) a diferença entre as manifestações criminosas de um e do outro”.⁶³

Ora, nosso prezado Sighele é obrigado a levar em consideração a educação, a cultura e o ambiente, mas não só não consegue se descartar do determinismo racial, como termina objetivamente considerando-o a explicação fundamental da sua teoria. O fato é que o argumento racista, apesar de absurdo no seu reducionismo biologizante e totalmente arbitrário na seleção dos seus dados, epistemologicamente tinha uma

⁶³ Scipio Sighele, “I criminali moderni”, pp.137-144. Cf. também, do mesmo autor, “La morale individuale e la morale politica”, in *Lombroso & Co.*, pp. 111-131.

história, um prestígio, um naipe de homens ilustres, de Broca, Spencer e Haeckel a Lombroso, que o construíram e o mantinham vivo e ativo. Intelectualmente, entretanto, estava fadado ao declínio e a própria postura defensiva não só de Sighele como do próprio Lombroso o demonstrava. Estavam começando a surgir problemáticas mais objetivas, como a de Durkheim, a de Tarde, ou como a de Colajanni, lançando mão de teorias e métodos que permitiam uma aproximação menos delirante do movimento da sociedade, problemáticas que, pela virtude da sua força especificamente intelectual, começavam a abrir caminho. Já se iam os bons tempos de Gobineau, quando o argumento racial reinava exclusivo, soberano. Agora, com Lombroso e Sighele, a “razão” racial precisava escorar-se em outros tantos argumentos consistentes que não podiam mais ser ignorados, se bem que o resultado fosse um *minestrone* eclético cada dia mais atabalhoado. Porém a força da racionalidade em si não era tudo, pois a objetividade científica não é um absoluto. Toda a teia social da ciência conspirava a favor do argumento racista: como a corporação dos cientistas, na sua esmagadora maioria, tinha tomado posição, o discurso de Sighele ainda tinha muita audiência. Que o criminoso nato na Europa fosse um homem primitivo, em tudo semelhante às raças desprezíveis que pululavam pelo globo terrestre, esta ainda era uma convicção solidamente estabelecida entre os cientistas. Por isso, ao iniciar-se o século XX, tínhamos uma assimilação cada vez mais freqüente e teoricamente fundamentada entre as “raças inferiores” extra-europeias e as domésticas, camponeses, indivíduos “degenerados”, mulheres e dissidentes políticos, numa exclusão autoritária e sistemática que, apesar das eventuais boas intenções, estimulou a arrogância classista e machista, a intolerância eurocêntrica, e fomentou a repressão policial e política. Nas grandes exposições universais, não podia então faltar a Seção das Ciências Antropológicas, com seu setor dedicado à antropologia criminal. Ali, crânios e fotografias de loucos homicidas e assassinos de expressões animais eram misturados a fotos de indivíduos pertencentes a etnias consideradas primitivas ou selvagens. Por exemplo, na Exposição Universal de Paris de 1889, para a qual foi construída a torre Eiffel, ninguém se surpreendeu que o crânio da famosa virgem assassina Charlotte Corday ficasse exposto entre seis crânios de... lapões.

O Darwinismo Social e a manipulação da multidão

No contexto intelectual que marcou as três últimas décadas do século, surgiu o Darwinismo Social, ideologia de exaltação da elite loura de olhos azuis e utilização sistemática da linguagem e dos métodos científicos com objetivos políticos. Aquilo que, na antropologia evolucionista, não passava de análise “distanciada” e mais ou menos bem-intencionada, tornou-se programa político totalitário, defesa intransigente do poder do “mais apto”, agora identificado ao mais forte. Em 1899, seria publicado, na França, um livro que tornaria o mito da raça ariana uma coisa assustadora, antecipando as atrocidades cometidas em seu nome: *L’aryen — son rôle social* (O ariano — seu papel social) de Georges Vacher de Lapouge. Professor de antropologia e de ciência política nas faculdades de Rennes e Montpellier, tradutor da obra de Haeckel, introdutor do termo eugenia (*l’eugénique*) na linguagem da ciência social francesa, aristocrata, anti-republicano furioso, Lapouge foi um dos mais importantes representantes do Darwinismo Social, um dos mais cruéis e mais cínicos pensadores políticos de todos os tempos. Ele foi, ao lado de Gustave Le Bon, um precursor e inspirador do Nazismo e das correntes da extrema direita do resto da Europa, dos Estados Unidos e até do Brasil. Adversário intransigente do otimismo progressista e do ideal de justiça social, censor severo da democracia, do estado de direito e das garantias individuais, defensor da escravidão, inimigo rancoroso dos socialistas, anarquistas e liberais, crítico ríspido do Catolicismo social, depreciador sistemático das massas populares e da educação como fator de ascensão social, Lapouge considerava-se um portador da fria lucidez trazida pelas lições da ciência, de onde deveria surgir a “arte política”. Para ele, a antropologia aplicada começava a trazer certos esclarecimentos sobre as “causas naturais” dos erros políticos cometidos nos últimos séculos, particularmente as conquistas da Revolução Francesa e do Liberalismo: “Às ficções de Justiça, de Igualdade, de Fraternidade, a política científica prefere a realidade das Forças, das Leis [“naturais”], das Raças, da Evolução. Infelizes serão aqueles povos que perderão tempo com sonhos!”.⁶⁴ Lapouge batizou sua disciplina de “antroposociologia”, o ramo da sociologia que estudaria o homem como membro da sociedade. Mas o título pomposo não disfarçaria o

teor do seu livro como mera obra de propaganda bem elaborada, ou como um plano de ação para assegurar a “dominação universal” de uma minoria.

Quando Lapouge publicou seu livro, as grandes potências européias já tinham começado a divisão do mundo. Sem falar dos Estados Unidos, a Alemanha era a potência ascendente, mas a Inglaterra ainda era o império hegemônico; tínhamos ainda, bem competitivas, a França, a Áustria, a própria Bélgica, a Itália, recém-unificada e cheia de reivindicações, além da distante Rússia, a isolada e populosíssima China, com o Japão jogando por fora. A situação era muito incerta. Lapouge procurou definir a conjuntura mundial, o papel dominante da “raça ariana”, suas tarefas históricas e os adversários a serem aniquilados. Como Gobineau e Galton, preocupou-se com as causas da ascensão e queda das civilizações, e particularmente com a possível degeneração da raça branca por causa da fecundidade e da infiltração dos outros em seu território. Ele estava firmemente convencido de que só a miscigenação racial poderia derrotá-la, no que, aliás, não foi muito original. Fez então uma leitura bem especial da teoria da evolução de Darwin, prevendo políticas de *apartheid* e apoiando a Eugenia de Galton como antídoto contra a decadência. Profetizou que o futuro das nações dependeria da proporção de indivíduos de raça européia pura na sua população. Sua “antroposociologia” iria então pesquisar a proporção de arianos nas diversas nações européias e nas diversas categorias sociais com o objetivo de demonstrar a importância crescente das nações arianas. Lapouge, apesar de francês, iria eleger a Alemanha como provável nação hegemônica na “coalisão ocidental”, por causa da alta taxa de arianos na sua população. A França, para ele, ao lado da Itália e da Espanha, teria um destino, digamos, sombrio, justamente por causa da sua baixa taxa de arianos.

Nos capítulos VI e VII do seu livro, intitulados “Psicologia do ariano” e “O papel social do ariano”, este vai ser definido como individualista, mas dotado de forte espírito comunitário, quando necessário; de espírito independente, mas voluntariamente soldado disciplinado pelo bem da pátria; forte e implacável, dotado de potência intelectual inigua-

⁶⁴ Georges Vacher de Lapouge, *L'aryen — son rôle social*, Paris, Albert Fontemoing, 1899, p. VIII.

lável, o ariano teria adaptado brilhantemente o Cristianismo às suas altas tendências hereditárias; seria, além do mais, um prodigioso homem de negócios, excelente profissional em todas as áreas, artista brilhante, excelente marido e bom pai. Em resumo, um modelo dotado de todas as qualidades pensáveis: “À medida que a civilização torna-se mais intensiva, a extraordinária aptidão dos arianos ao esforço contínuo e calculado lhes assegura uma superioridade ainda mais esmagadora sobre as outras raças”.⁶⁵

Lapouge também intitulou o ariano de *homo europaeus* ou de “dólico-louro”, o que não deixa de ter seu interesse. Desde a primeira metade do século, a craniologia tinha dividido os seres humanos em dolicocefalos (cabeças alongadas) e braquicefalos (cabeças redondas), estes últimos sendo considerados inferiores aos primeiros. No texto de Lapouge, a “esmagadora” superioridade do dólico-louro vai ser construída na comparação com os judeus, com as raças coloridas (“*les races colorées*”) e os braquicefalos. Assim, “pela sua maneira agressiva de conceber a solidariedade, o ariano possui uma superioridade esmagadora sobre as outras raças e particularmente sobre o braquicefalo”. As dificuldades da França, aliás, viriam da grande proporção de braquicefalos na sua população; segundo Lapouge, da “nossa psicologia servil de braquicefalos”.⁶⁶ Estes, além do mais, tenderiam a se confundir com as massas as quais, “quanto mais populares, mais braquicefalas”. O que é repetido de outra maneira na tabela da página 413, onde os braquicefalos confundem-se com “os pobres”. Temos então uma dissimetria perfeita entre dólicos e bráquis, onde aqueles sempre se colocariam adiante e estes se esconderiam “atrás do vizinho”, onde aqueles teriam mentalidade de caçador e estes não passariam de um rebanho de cordeirinhos, senão a própria caça:

A solidariedade do braquicefalo, quando é agressiva, é a da massa unida contra os chefes, dos imbecis contra os inteligentes, dos covardes contra os que querem avançar, é o golpe partido da multidão, onde ninguém é responsável, é a perseguição hipócrita

⁶⁵ Ibidem, p. 456.

⁶⁶ Ibidem, pp. 375 e 378.

e legal, contra a qual não nos é permitido protestar [sic]. É a solidariedade com a irresponsabilidade.⁶⁷

Qual o lugar reservado para as demais raças “inferiores” neste projeto? No capítulo VIII, onde Lapouge discute o futuro do ariano, seus concorrentes, a dominação eventual, mas efêmera, dos judeus, as possibilidades das demais “raças” e a luta pela dominação universal, discute também os problemas eventualmente causados pelo grande número de imigrantes chineses e pela maior fecundidade das raças coloridas:

Do ponto de vista selecionista, eu olharia como incômodo um grande desenvolvimento numérico de elementos amarelos e negros, que seriam de uma eliminação difícil. Se entretanto a sociedade futura vai se organizar em uma base dualista, com uma classe dólico-loura dirigente e uma classe de raça inferior, confinada à mão-de-obra mais grosseira, é possível que este último papel seja destinado a elementos amarelos e negros. Neste caso, aliás, eles não seriam um incômodo, mas uma vantagem para os dólico-louros. É preciso não esquecer que a abolição da escravidão foi motivada sobretudo por considerações cristãs e que, em suma, essa instituição [a escravidão], se observada fora de qualquer concepção sobrenatural do homem, é tão normal quanto a domesticação do cavalo ou do boi. É portanto possível que ela reapareça no futuro, sob uma forma qualquer.⁶⁸

Gobineau, com a sua classe média oriental, fica parecendo um senhor bondoso diante da ferocidade e do cinismo de Lapouge, que não hesitava a respeito das brutais medidas necessárias à imposição da sua dominação universal. Já que a lei “natural”, por si só, não resolvia o problema dos arianos, menos fecundos que os coloridos, seria preciso eliminar um excedente, “os menos aptos”, “extinguir a sua raça”. Como no social-darwinista britânico Galton, a Eugenia ou o “selecionismo” tornar-se-iam instituições cuja função seria corrigir certas “conseqüências nefastas” da “evolução”; ou, em outras palavras, utilizar a técnica

⁶⁷ Ibidem, p. 375.

⁶⁸ Ibidem, p. 487.

moderna para, caso necessário, montar uma grande estrutura de esterilização em massa. Mas, como homem fino, Lapouge desaprovava certos métodos deselegantes como a castração, utilizada pelos “selecionistas” americanos, achava que uma “injeção” seria suficiente. Lapouge referiu-se explicitamente ao operário inadequado para o trabalho, ao estropiado, ao prisioneiro, ao vagabundo, ao idiota e ao inteligente que não queria trabalhar. Seria preciso tomar medidas drásticas para que eles não tivessem posteridade, pois, afinal de contas, “são selvagens que, com um pouco de cuidado, a civilização poderá eliminar”. Estes elementos europeus perniciosos seriam portadores de um “estado mental que corresponde bastante ao dos negros e de outras raças inferiores, dos quais pode-se extrair um bom trabalho apenas pela força, ou intermitentemente, mas que não serão jamais trabalhadores de rendimento fixo com os quais se possa contar”.⁶⁹

Como vimos, a ciência fria de Lapouge burilou, sem muita originalidade, os estereótipos tradicionais sobre as “raças inferiores”. A grande novidade apresentada pelo seu livro é ter colocado assumidamente em cena um programa político baseado numa brutal lógica de instrumentalização. Contrariamente aos antropólogos evolucionistas que operavam com belos ideais, teorias evolutivas, missões enobrecidas ou teleologias triunfalistas, Lapouge ia direto ao assunto: era preciso montar uma ordem violenta e repressiva em escala planetária, baseada na técnica e na ciência, criar uma “organização sistemática do trabalho”, fundar um “formidável exército único” que funcionaria como a “polícia do globo”, pois nada estava garantido: a vida era uma guerra e qualquer um poderia ganhá-la, mesmo as “raças inferiores”.

Nesta conjuntura intelectual do final do século é que surgiram os primeiros estudos de caráter científico sobre “a multidão”, identificada com as classes pobres da sociedade industrial emergente. A multidão foi, então, previsivelmente apresentada como infantil, supersticiosa, grosseira, irracional, delinquente, crédula, manipulável pelo mais esperto. Praticamente os mesmos chavões utilizados para caracterizar a “turba”, a “população dos cortiços” e as chamadas raças inferiores foram transfe-

⁶⁹ Ibidem, pp. 358 e 363.

ridos automaticamente para as novas aglomerações urbanas e para a classe operária em pleno processo de constituição e fortalecimento. O intelectual francês Gustave Le Bon, com o seu marcante livro *La psychologie des foules* (A psicologia das multidões, primeira edição, 1895), foi talvez quem mais forte influência exerceu então. Ele era um daqueles intelectuais enciclopédicos típicos do período, publicou dezenas de livros sobre antropologia, física, anatomia e fisiologia, psicologia, política, arquitetura, filosofia, história, fotografia, equitação *et j'en passe*, reeditados sucessivamente e traduzidos em inglês, alemão, italiano, espanhol, português, sueco, dinamarquês, russo, polonês, árabe, tcheco, turco, japonês, hindustani, etc. Um monstro! Em *La psychologie...*, que teve quarenta e cinco edições na França entre 1895 e 1963 e foi traduzido em dezesseis línguas, Le Bon reuniu e sistematizou os preconceitos sociopolíticos da elite conservadora e da intelectualidade autoritária, plagiou certas idéias dos seus conterrâneos Gobineau, Gabriel Tarde, Hippolyte Taine e de Scipio Sighele e acrescentou uma pitada de linguagem científica para completar sua receita totalitária.

Bem informado sobre as pesquisas realizadas na época, dotado de uma boa capacidade de síntese, utilizando fórmulas compactas e contundentes, Le Bon reafirmou o programa do Darwinismo Social, reivindicou a democracia apenas para as elites, criticou as conquistas democráticas e a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, combateu o sindicalismo e o movimento operário, recomendou o uso da religião apenas para fins de manipulação política, estimulou entusiasticamente o culto da força e dos chefes, tentou sistematizar os mecanismos psicológicos de convencimento e de formação da opinião, criticou a postura assimilacionista do colonialismo francês e colocou as bases teóricas para uma política de *apartheid* nas colônias européias. Le Bon tendeu a identificar “as multidões” com o movimento operário organizado. Apesar de ter afirmado que elas tanto podiam ser heróicas como criminosas, escreveu que “nas multidões o que se acumula não é o talento, é a estupidez”.⁷⁰ Os indivíduos que as compõem estariam submetidos a uma “lei da unidade mental das multidões”, sofreriam um “desvanecimento da personalidade”, um rebaixamento intelectual e uma transformação completa dos sentimentos, com o desaparecimento da “vida cerebral” e o predomínio da “vida celular”. Eles seriam orientados

por sugestão, tendendo a transformar imediatamente em atos as idéias sugeridas pelo líder. O indivíduo na multidão tornar-se-ia então um autômato, desprovido de vontade própria:

Assim, pelo mero fato de tomar parte de uma multidão organizada, o homem desce muitos graus na escala da civilização. Isolado seria talvez um indivíduo culto; na multidão é um bárbaro, quer dizer, um impulsivo. Tem a espontaneidade, a violência, a ferocidade e também o entusiasmo e os heroísmos dos seres primitivos.⁷¹

Apesar de ter traçado uma metafísica das multidões, analisadas fora de qualquer contexto, Le Bon era um pragmático que sempre tentou tirar da sua teoria princípios bem operacionais. Foi freqüentemente bem sucedido, estabelecendo mecanismos de manipulação das massas e de produção da imagem favorável que até hoje são fielmente seguidos por muitos políticos e publicitários. Por exemplo, da idéia de que as multidões não seriam capazes de raciocinar e não teriam nenhum senso de realidade, ele concluiu que “geralmente são as coisas mais inverossímeis que ferem mais profundamente o seu espírito”. Os acontecimentos heróicos, o maravilhoso e o mítico é o que as impressionariam com maior intensidade, daí vindo uma lição de ciência política: “Na história, a aparência sempre desempenhou um papel muito mais importante que a realidade. O ideal predomina sempre sobre o real”. (p. 101) E a recomendação: “Todos os grandes homens de Estado de todas as idades e de todos os países, inclusive os déspotas mais absolutos, consideraram a imaginação popular como a base do seu poder, e nunca tentaram governar contra ela”.⁷²

A França já tinha uma larga experiência histórica na montagem de grandes esquemas de manipulação política, particularmente no *Ancien Régime*, com Luis XIV, e no demagógico Segundo Império de Napoleão III. Le Bon tornou-se um herdeiro desta experiência, ao tentar erradicar a rebeldia das massas urbanas ou, em outras palavras, destruir a capacidade de organização de um poder civil independente. Só esta operação de desmonte poderia provar sua teoria, confirmar sua “objetivida-

⁷⁰ Gustave Le Bon, *Psicologia de las multitudes*, Buenos Aires, Albatros, 1942, p. 45.

⁷¹ Ibidem, p. 49.

⁷² Ibidem, pp. 101 e 103.

de”, pois nenhum poder demagógico funciona bem diante da sociedade civil mobilizada. Le Bon foi criticado por Tarde, o qual afirmou que sua teoria das “multidões”, na verdade, referia-se ao “público” e ao fenômeno da “sugestão à distância”, proporcionado pelo surgimento de uma imprensa periódica de massas. Tarde, no particular, tinha razão, pois o objetivo último de Le Bon não era compreender as “multidões”, era a criação de condições políticas favoráveis ao surgimento do “grande público” ou das “maiorias silenciosas”, carentes e submissas.

Le Bon foi, portanto, um dos maiores inspiradores da tecnocracia totalitária. Exerceu uma forte e prolongada influência, teve contatos frequentes com o Exército francês, que chegou a adotar seus métodos de treinamento, e, nas décadas, seguintes teve como leitores fiéis ninguém menos que Hitler e Mussolini. Ainda na década de 1960, seus livros, ao lado dos de Hitler e Goebbels, eram leitura obrigatória para os oficiais americanos empenhados em construir a doutrina da “pacificação”, cujo objetivo era combater as guerras de libertação nacional.⁷³

Apesar do Darwinismo Social parecer inaceitável aos olhos de muitos membros das elites cultas, particularmente às sensibilidades formadas dentro do espírito cristão, nos principais países europeus prestigiosos cientistas aderiram a este elitismo feroz e tornaram-se importantíssimos divulgadores da nova ideologia: além dos já citados, Karl Pearson, na Inglaterra, Renan, na França, Haeckel, Gumpłowicz e Ratzenhofer, na Alemanha e Áustria, só para citar alguns entre os mais festejados. O historiador norte-americano Arno J. Mayer assinalou que, de 1890 a 1914, essas ideologias antidemocráticas, aristocráticas e combativas influenciaram profundamente indivíduos e grupos pertencentes às camadas superiores do Estado e da sociedade:

Esses preceitos minaram a tolerância dos estratos superiores em relação à auto-ampliação da razão, do progresso e da democra-

⁷³ Sobre esta última informação, ver Armand Mattelart e seu indispensável *A comunicação mundo, história das idéias e das estratégias*, Petrópolis, Vozes, 1994, onde Le Bon é frequentemente citado (cf. pp. 47, 50, 56, 60, 66 e 120). Consultadas ainda e levadas em consideração neste resumo as obras de Gustave Le Bon, *La Psychologie Politique*, Paris, Ernest Flammarion, 1914 (copyright de 1910); e *Estudio de las civilizaciones y de las razas*, Madrid, M. Aguilar, s. d.

cia. Também convocaram as elites voluntariosas a utilizar o poder e o mito para subordinar a têmpera instintiva das massas com propósitos conservadores. Os credos social-darwinistas e nietzschianos acentuaram a divisão permanente da sociedade entre as minorias dominantes e governantes, com suas qualidades superiores, e as multidões, com suas paixões degradantes.⁷⁴

No início do século XX, “sociedades de eugenia” foram fundadas nos Estados Unidos e nas grandes capitais européias, mas também na Turquia, na Argentina e no Brasil. Esta verdadeira cruzada pela purifica o da raça ganhou rapidamente terreno nos meios científicos e universitários, políticos, judiciários, coloniais e militares. Muitos programas de Eugenia foram colocados em prática em vários países, mas foi na Inglaterra, na França, na Su a, nos Estados Unidos e nos Países Nórdicos que esta disciplina encontrou seus mais ardentes seguidores. A Alemanha nazista chegou a instalar tribunais de saúde hereditária, a partir de 1933. No Congresso Internacional de Eugenia de 1932, realizado em Nova Iorque, um dos conferencistas declarou que “não há d vida de que, se uma lei sobre a esteriliza o fosse posta em vigor na totalidade dos Estados Unidos, eliminaria, em menos de cem anos, pelo menos 90% do crime, da loucura, da debilidade mental, do moronismo e da anormalidade sexual, para não falar em muitas outras formas de imperfei o e degenerescência”.⁷⁵ Segundo a expressão de Pierre Darmon, “o país de Tão Sam tornou-se o Eldorado dos médicos castradores. Entre 1907 e 1925, vinte e três estados adotam leis de esteriliza o de loucos e criminosos e são praticadas 6.244 interven es, dentre as quais 151 castra es”.⁷⁶

Conclusão

Depois de tudo o que foi dito aqui, as disciplinas científicas que adotaram teorias racistas não podem ser encaradas apenas como superadas formas de conhecimento de quem se pode perdoar o lado doente

⁷⁴ Outro livro indispensável: Arno J. Mayer, *A força da tradi o — A persistência do Antigo Regime*, Companhia das Letras, São Paulo, 1987; a cita o encontra-se na p. 281.

⁷⁵ Apud Dunn, L. C. e Dobzhansky, Theodosius, *Herança, raça e sociedade*, São Paulo, Pioneira, 1962, p. 99.

⁷⁶ Darmon, *Médicos e assassinos*, p.203.

e recuperar o lado sadio. O “lado sadio”, as grandes realizações da ciência, todos nós sabemos, melhoraram consideravelmente nossos conhecimentos e nossa vida. Diante disso, argumenta-se, o lado doente deveria ser esquecido. Ora, acontece que o “lado doente” também nos deixou uma herança, também foi uma força *construtiva*. Este é o problema propriamente fundamental: o racismo científico, certo ou errado, ajudou a implantar certos fundamentos culturais em um momento crítico de reestruturação da sociedade e é exatamente por isso que eles continuam vigentes. No final do século passado, um novo discurso discriminatório, emitido de cátedras austeras e anfiteatros prestigiosos, propagandeado por livros e revistas especializadas em pequenos públicos segmentados, foi, em seguida, absorvido e retransmitido pela imprensa de massa e pelos produtos da indústria cultural nascente. A ciência forneceu a jornalistas e escritores, além de estereótipos recauchutados, uma linguagem e uma convicção inabalável, uma força moral. Os cientistas influenciaram os criadores do imaginário coletivo: literatos, teatrólogos, ilustradores e cartunistas. E os formadores de opinião: líderes comunitários, esportistas, educadores, legisladores e políticos. Seu grande prestígio virtualizou a implantação de políticas e padrões, avalizou uma iconografia depreciativa, justificando a superexploração da massa pobre urbana, da massa camponesa proletarizada, a expropriação de terras e bens dos povos colonizados, não raras vezes incentivando a violência policial/militar e o autoritarismo quando praticados contra as “raças inferiores”. Durante um século, foram veiculados incessantemente imagens e conceitos racistas e classistas no noticiário dos jornais, nos periódicos ilustrados, nas caricaturas e nos programas humorísticos, na literatura popular, na infantil, na juvenil e na adulta, nas enciclopédias e livros de divulgação científica, nos discursos parlamentares, nas escolas públicas e privadas, na publicidade, na gíria e nas canções populares, nas histórias em quadrinhos, nas estampas e nos cartões-postais, no teatro, no rádio e, finalmente, nos meios de comunicação mais poderosos que já foram inventados, o cinema e a tevê! O racismo científico foi portanto uma força estruturante, referência fundamental na montagem de uma esquema industrial de entretenimento, controle da opinião e formação do consenso, onde novos e complexos mecanismos burocráticos de integração, enquadramento e discriminação, bem adaptados às novas con-

dições, tornaram-se operativos. Apesar de termos banido juridicamente a discriminação, uma imensa massa de produtos e padrões racistas, criados no momento da gênese da indústria cultural, continuam circulando livremente.